



Folha de Dados

IDGED:

0015/05

LOTE:

0164

AUTOR:

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICO – SRH; VBA

TÍTULO:

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA DO PROJETO GRAÇA

SUBTÍTULO:

VOLUME 5 ESTUDO DE MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

FOLHA DE DADOS - GED/SRH

TIPO DE DOCUMENTO: Estudo

Identidade GED: 015105

Lote: 00264

Nº de Registro: 9510195

Autores: UBAIRK

Programa: _____

Título: Estudo de viabilidade Técnico-econômica do projeto Graça

Sub-Título 1: Estudo de mercado e comercialização

Sub-Título 2: _____

Nº de Páginas: 118 folhas

Volume: 5

Tomo: _____

Editor: UBA

Data de Publicação (mês/ano): agosto 1989

Local de Publicação: Foz de Iguaçu

Localização da Obra

Tipo de Empreendimento:

<input type="checkbox"/> Barragem	<input type="checkbox"/> Açude	<input type="checkbox"/> Adutora	<input type="checkbox"/> Canal / Eixo de Transp.	<input checked="" type="checkbox"/> Outro
Rio / Riacho Barrado:		Fonte Hídrica:		
<u>Rio Poti</u>		<u>Usinagem Hidroagrícola</u>		

Bacia: Parnaíba

Sub-bacia: _____

Municípios: Cratêio

Distrito: _____

Microregião: Sentão do Cratêio

Estado: Pernambuco

GOVERNO DO ESTADO DO CEARA
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS - SRH

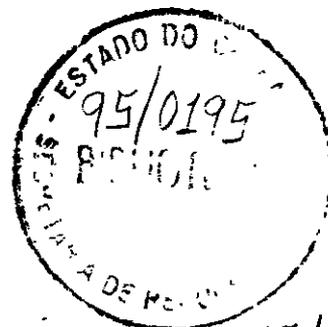
~~PROJETO EXECUTIVO DE IRRIGAÇÃO~~
GRAÇA

Lote 00164 - Prop Scan () Index ()
Projeto Nº 0015/05
Volume
Qtd A1 _____ Qtd A2 _____
Qtd A2 _____ Qtd A1 _____
Qtd A0 _____ Outros _____

0015/05



ESTUDO DE VIABILIDADE
VOLUME 5
ESTUDO DE MERCADO E
COMERCIALIZAÇÃO
AGOSTO/89



000003 0015/05



APRESENTAÇÃO

000004

APRESENTAÇÃO

O conjunto de relatórios do qual faz parte este estudo de Mercado e Comercialização, constitui o Estudo de Viabilidade do projeto Graça, desenvolvido pela VBA CONSULTORES - Engenharia de Sistemas Hídricos Ltda para a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH - no âmbito do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP/PROJETO NORDESTE. Este estudo foi originalmente desenvolvido para o Projeto Poti, localizado no mesmo município de Crateús, incluindo-se como parte desta documentação por ter servido de base para o planejamento do projeto em pauta.

A documentação está integrada da seguinte forma:

- Volume 1 - Relatório Geral;
- Volume 2 - Planejamento Agrícola;
- Volume 3 - Estudo Sócio-Econômico;
- Volume 4 - Relatório de Impacto Ambiental;
- Volume 5 - Estudo de Mercado e Comercialização.

Este volume divide-se em 7 capítulos, iniciando-se com os aspectos de caracterização da área do Projeto. Em seguida, trata da origem dos produtos, onde descreve o seu comportamento, envolvendo dados de área, produção, produtividade e preços. Evidencia, também, as colocações dos produtos no mercado interno, sendo o algodão, feijão e milho, o Paraná; o arroz, o Rio Grande do Sul e o tomate o Pernambuco.

O capítulo 3, apresenta dados de oferta e demanda dos produtos aos níveis de Estado e municípios de influência da área do

Projeto, além de dados de área e produção através dos Projetos de Irrigação Pública Federal, Estadual e de produtores com sistema de KITS.

Estima o Capítulo 4, o consumo total e per capita no período de 1989-2000 para os produtos arroz, feijão, melancia e tomate, como também a demanda de produtos no mesmo horizonte de tempo através dos programas de abastecimento alimentar.

Indica o Capítulo 5, dados de oferta de melancia e tomate comercializados pelas CEASAs no período de 1981-1985 e o calendário de comercialização, indicando a frequência forte, fraca e regular no decorrer do ano.

O Capítulo 6 apresenta o sistema de comercialização dos produtos referendado pelos agentes de comercialização, fluxos e canais de comercialização e infra-estrutura de apoio à comercialização.

Finalmente, o Capítulo 7, contém algumas recomendações sobre o apoio à comercialização nas áreas irrigadas.



INDICE

000007



ÍNDICE

	PÁGINAS
1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	1
1.1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO	2
2 - ORIGEM DOS PRODUTOS	10
2.1 - ALGODÃO	11
2.2 - ARROZ	29
2.3 - FEIJÃO	43
2.4 - MILHO	55
2.4 - TOMATE	65
3 - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DOS PRODUTOS	71
3.1 - GERAL	72
3.2 - OFERTA DOS PRODUTOS DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	72
4 - PROJEÇÃO DE CONSUMO DOS PRODUTOS	82
4.1 - PROJEÇÃO DO CONSUMO DOS PRODUTOS PELO ESTADO	83
4.2 - CONSUMO INSTITUCIONAL	83
5 - VOLUME TOTAL DE MELANCIA E TOMATE, COMERCIALIZADO PELAS CEASAs	98
6 - SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO	105
6.1 - AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO	106
6.2 - FLUXOS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	107
6.3 - INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	111
7 - RECOMENDAÇÕES	114

6.4.4.1

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

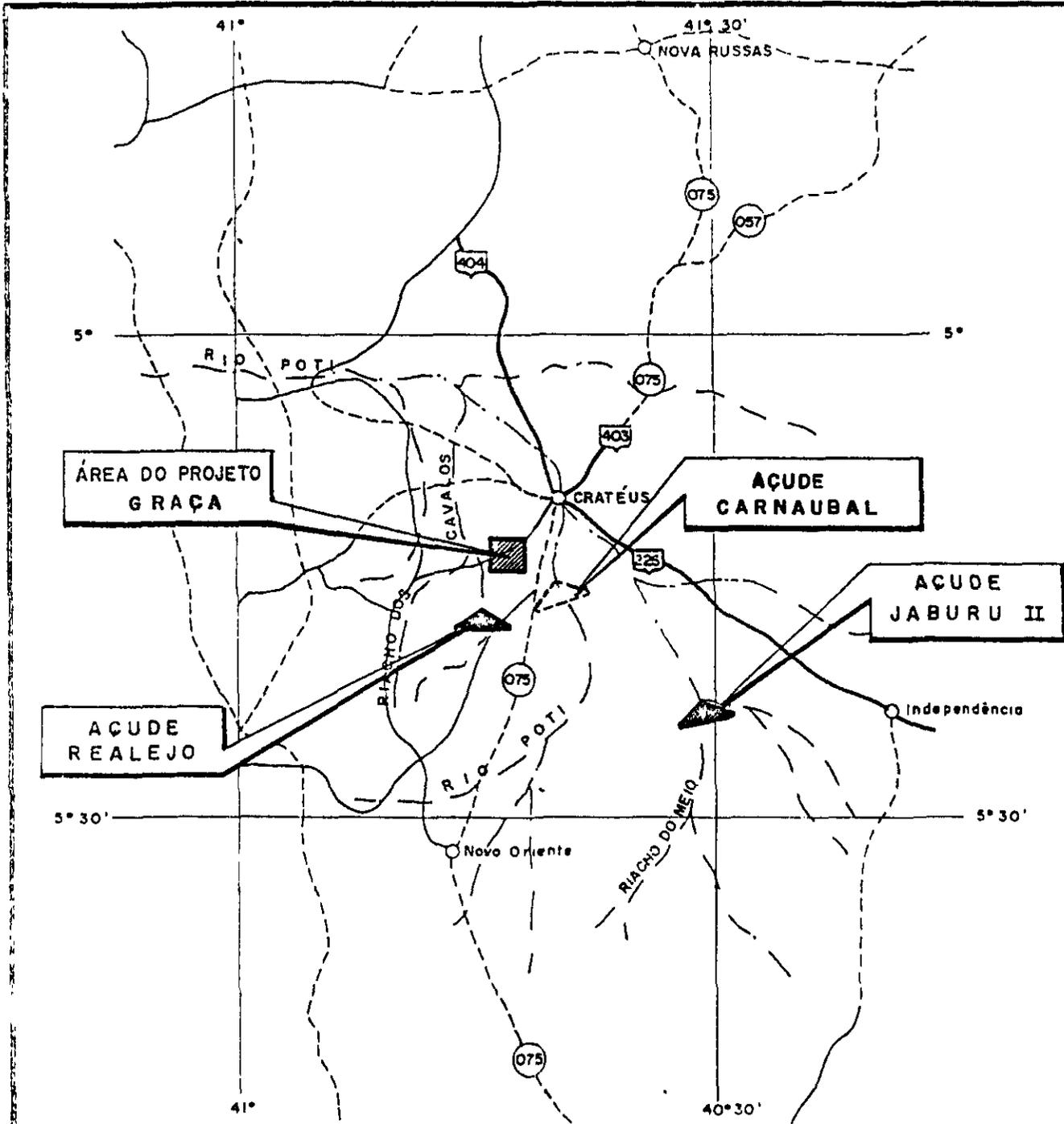
000009

1.1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A área em estudo situa-se na MRH-067 - Sertões de Crateús, na região oeste do Estado, na bacia do rio Poti, compreendida entre as coordenadas 5°16' e 5°19' de latitude sul e 40°41' e 40°43' de longitude oeste, como mostra a figura 1.1.

A partir de Fortaleza, a ligação rodoviária se realiza através de duas opções: BR-020 até Riachão do Banabuiú e dali pela BR-226 até Crateús onde se prossegue pela CE-075; a segunda opção faz uso da BR-020 até Canindé, continuando-se pela CE-032, até Santa Quitéria, quando utiliza-se a CE-057 que encontra a CE-075 em Sucesso.

A atividade econômica, tanto ao nível municipal quanto ao nível local, está destacada no setor primário, tendo a pecuária maior importância na região. Conforme os quadros 1.1 e 1.2, pode-se observar que as principais culturas (quadro 1.1) são o algodão arbóreo e herbáceo, o feijão, a mamona, a mandioca, sendo o milho e o feijão as de maior importância em termos de área colhida na maioria dos estrados de área. Esta é, uma característica da área em estudo, cuja produção se destina basicamente ao autoconsumo da população, porém não é suficiente para atender as necessidades totais da região. No quadro 1.2, observa-se que predomina o uso pela pastagem nativa melhorada, comprovando uma outra característica da região no desenvolvimento da pecuária, sendo em maiores proporções, como era de se esperar, nas propriedades acima de 50 ha.



SITUAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO NO ESTADO E NO NORDESTE



CONVENÇÕES

- RODOVIA FEDERAL
- - - RODOVIA ESTADUAL
- RODOVIA MUNICIPAL
- ▨ ÁREA DO ESTUDO

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

FIGURA 1.1

QUADRO 1.1

ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS EM PROPRIEDADES

COM ÁREA MAIOR E MENOR DO QUE 50 ha

CULTURAS	< 50 ha				> 50 ha			
	Área (ha)	% das Pro- priedades onde são Cultivadas	Produção (kg)	Produtivi- dade (kg/ha)	Área (ha)	% das Pro- priedades onde são Cultivadas	Produção (kg)	Produtivi- dade (kg/ha)
Milho + feijão	42,0	100,0	19.100 (M) 4.800 (F)	454,8 (M) 114,3 (F)	153,0	85,7	83.300 (M) 4.100 (F)	544,4 (M) 26,8 (F)
Algodão + milho	-	-	-	-	30,0	14,3	3.300 (A) 10.800 (M)	110,0 (A) 360,0 (M)
Mamona	11,5	75,0	7.500	652,2	3,0	14,3	3.000	1.000,0
Algodão Herbáceo	4,0	25,0	700	175,0	9,0	28,6	3.400	377,8
Arroz	3,5	25,0	1.600	457,1	-	-	-	-
Caju	-	-	-	-	10,0	28,6	2.500	250,0
Oiticica	-	-	-	-	10,0	14,3	10.000	10.000,0

FONTE: Pesquisa direta - VBA

000012

QUADRO 1.2
ÁREA E PERCENTUAL DAS EXPLORAÇÕES EM PROPRIEDADES COM
ÁREA MENOR E MAIOR DO QUE 50 ha

DISCRIMINAÇÃO	< 50 ha		> 50 ha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
- Pastagem nativa	40,0	20,7	310,0	27,8
- Pastagem nativa melhorada	52,5	27,2	454,0	40,8
- Capineira para corte	2,0	1,0	16,0	1,4
- Matas	15,0	12,0	110,0	9,9
- Agricultura	61,0	31,7	206,0	18,5
- Outros usos	12,6	6,5	17,5	1,6
TOTAL	<u>193,1</u>	<u>100,0</u>	<u>1.113,5</u>	<u>100,0</u>

FONTE: Pesquisa direta - VBA.

000013



Especificamente, para os municípios da região em estudo, no ano de 1987, observa-se nos quadros 1.3 e 1.4, que Crateús e Independência apresentam um maior percentual de produção de algodão em relação ao Estado, ficando o feijão, milho e tomate para o município de Novo Oriente.

Finalmente, apresenta-se o calendário agrícola dos produtos em estudo com suas diferentes fase no decorrer do ano agrícola.

ESTADO DO CEARÁ
CALENDÁRIO AGRÍCOLA

PRODUTOS	FASES	M E S E S											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Algodão Arbóreo	- Pre-Plantio										++++++	++++++	++++++
	- Plantio	-----	-----	-----									
	- Desenvolvimento							
	- Colheita							xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx		
	- Comercialização	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$						\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$
Algodão Herbáceo	- Pre-Plantio	++++++	++++++										
	- Plantio		-----	-----									
	- Desenvolvimento									
	- Colheita						xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx				
	- Comercialização	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$				\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$
Arroz	- Pre-Plantio										++++++	++++++	++++++
	- Plantio	-----	-----	-----									
	- Desenvolvimento									
	- Colheita					xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx					
	- Comercialização						\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$		
Feijão	- Pre-Plantio										++++++	++++++	++++++
	- Plantio	-----	-----	-----									
	- Desenvolvimento									
	- Colheita					xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx					
	- Comercialização						\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$		
Melão	- Pre-Plantio										++++++	++++++	++++++
	- Plantio	-----	-----	-----									
	- Desenvolvimento							
	- Colheita						xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx				
	- Comercialização							\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$		
Melancia	- Pre-Plantio	++++++				++++++	++++++	++++++				++++++	++++++
	- Plantio	-----	-----	-----									
	- Desenvolvimento							
	- Colheita				xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx			xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	- Comercialização				\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$			\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$	\$\$\$\$\$\$\$
Tomate	- Pre-Plantio			++++++	++++++								
	- Plantio			-----	-----	-----							
	- Desenvolvimento												
	- Colheita											
	- Comercialização							xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx			

QUADRO 1.3
 ÁREA COLHIDA DAS CULTURAS (*)
 1986 - 1987

MUNICÍPIO	ALGODÃO		FEIJÃO		MILHO		TOMATE	
	ABS. (ha)	% REL. ESTADO						
- Crateús	4.000	1,10	7.000	1,40	7.000	1,40	-	-
1986/1987	3.150	1,04	6.930	2,00	3.120	1,08	-	-
- Novo Oriente	2.383	0,70	9.000	1,80	8.000	1,50	5	0,30
1986/1987	523	0,17	9.000	2,60	6.325	2,20	7	0,47
- Independência	3.765	1,10	9.000	1,80	11.000	2,10	-	-
1986/1987	3.450	1,14	5.700	1,65	1.180	0,41	-	-
- Tamboril	1.883	0,50	2.200	0,40	3.500	0,70	-	-
1986/1987	688	0,22	1.600	0,46	-	-	-	-
- Monsenhor Tabosa	400	0,80	4.500	0,90	5.000	1,00	-	-
1986/1987	660	0,21	3.000	0,86	630	0,21	-	-
- Estado	349.797	-	494.142	-	514.606	-	1.729	-
1986/1987	301.821	-	344.873	-	286.989	-	1.466	-

(*) Considerando apenas as culturas a serem implantadas c/o projeto, exceto o arroz e melancia que não são cultivados nesses municípios.

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1986 e 1987.

000016

CONSULTORES

QUADRO 1.4
 ÁREA COLHIDA DAS CULTURAS (*)
 1986 - 1987

MUNICÍPIO	ALGODÃO		FEIJÃO		MILHO		TOMATE	
	ABS. (ha)	% REL. ESTADO						
- Crateús	1.800	2,60	1.400	1,20	4.900	1,80	-	-
1986/1987	130	0,43	624	1,25	109	0,14	-	-
- Novo Oriente	1.211	1,80	3.060	2,70	6.000	2,20	200	9,40
1986/1987	28	0,09	1.125	2,25	221	0,29	168	0,44
- Independência	969	1,40	1.980	1,70	6.600	2,40	-	-
1986/1987	163	0,54	308	0,61	35	0,04	-	-
- Tamboril	700	1,00	440	0,40	1.925	0,70	-	-
1986/1987	14	0,04	58	0,11	-	-	-	-
- Monsenhor Tabosa	180	0,30	720	0,60	2.275	0,80	-	-
1986/1987	23	0,06	108	0,21	22	0,02	-	-
- Estado	68.356	-	112.868	-	276.347	-	50.026	-
1986/1987	30.018	-	49.990	-	74.812	-	37.945	-

(*) Considerando apenas as culturas a serem implantadas c/o projeto, exceto o arroz e melancia que não são cultivados nesses municípios.

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1986 e 1987.

000017



2 - ORIGEM DOS PRODUTOS ⁽¹⁾

1/ Parcialmente retirado do documento: Análise de Desempenho do Setor Agropecuário do Estado do Ceará em 1988, elaborado pela CEPA.

000018

2.1 - ALGODÃO

- Situação Internacional

A produção mundial de algodão em pluma safra 1988/89 está estimada em 18.813 mil toneladas, 11,92% superior à obtida na safra 1987/88. De acordo com a estimativa, significativos aumentos ocorrerão na produção dos principais países produtores, com destaque para a Turquia, o México e o Brasil, com incrementos de 29,74%, 22,22% e 20,03%, respectivamente. Porém, em termos de maior representatividade global, a China, com incremento anual de 14,72%, deverá contribuir em maior volume para esta safra, com uma produção de 4.496 mil toneladas, com uma participação de 23,89% da produção mundial. O Brasil deverá manter sua posição de sexto maior produtor, com uma produção estimada de 863 mil toneladas de algodão em pluma, equivalente a 4,59% da produção mundial. Vale salientar que os seis principais países produtores, a saber: China, EUA, URSS, Índia, Paquistão e Brasil, representam, conjuntamente, em termos de produção, 78,09% do total mundial (quadro 2.1).

Com um estoque inicial para a temporada 1988/89 de 6,12 milhões de toneladas decorrente da safra passada, o que representa uma diminuição de 14,53% se comparado com o da safra 1987/88, ocorreu um forte incentivo à produção mundial do produto, representado pelo aumento de 7,09% nas áreas de produção de algodão. Com um consumo previsto para a atual temporada de 18,10 milhões de toneladas, o estoque final de algodão em pluma no mercado internacional deverá atingir 6,83 milhões de toneladas, 11,60% superior ao estoque final obtido na última safra, o que representa um mercado mundial plenamente abastecido (quadro 2.2).

QUADRO 2.1
ESTIMATIVA DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE ALGODÃO EM PLUMA
PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES
SAFRAS 1987/88 E 1988/89

PAÍS	SAFRA 1987/88			SAFRA 1988/89			Δ % PRODUÇÃO 1988/87	PARTICI PAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL (%)	% ACUMU LADO PRO DUÇÃO MUNDIAL
	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Produtividade (kg de fibra/ha)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Produtividade (kg de fibra/ha)			
- Rep. Popular da China	4.800	3.919	816	5.421	4.496	830	14,72	23,89	23,89
- EUA	4.075	2.810	690	4.707	3.251	691	15,69	17,28	41,18
- URSS	3.350	2.613	780	3.389	2.743	810	4,98	14,58	55,76
- Índia	7.500	1.677	224	7.892	1.898	241	13,18	10,09	65,85
- Paquistão	2.530	1.328	525	2.570	1.440	561	8,43	7,65	73,50
- Brasil	2.250	719	320	2.750	863	314	20,03	4,59	78,09
- Turquia	600	501	835	727	650	894	29,74	3,46	81,55
- Egito	444	431	971	396	391	987	-9,28	2,08	83,63
- Austrália	175	245	1.400	227	270	1.190	10,20	1,44	85,07
- México	210	207	985	255	253	992	22,22	1,34	86,40
- Outros países	5.966	2.359	395	5.829	2.558	435	8,44	13,60	100,00
TOTAL	31.900	16.809	527	34.163	18.813	551	11,92	100,00	100,00

FONTE: World Cotton Situation. Citado no Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná, em outubro de 1988.

QUADRO 2.2
ESTIMATIVA DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL
DE ALGODÃO EM PLUMA
1987/88 E 1988/89

(Em milhões de toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	1987/88	1988/89	VARIAÇÃO (%)
- Estoque inicial (01/08)	7,16	6,12	-14,53
- Produção	16,81	18,81	11,90
- Importação	5,23	5,01	-4,21
- Exportação	5,23	5,01	-4,21
- Consumo	17,85	18,10	1,40
- Estoque final	6,12	6,83	11,60

FONTE: CCIA - Comitê Consultivo Internacional do Algodão. Citado no Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná, junho-outubro/1988.

000021

A redução dos estoques americanos e mundiais em 1987, com a conseqüente elevação nos preços praticados no primeiro semestre do mesmo ano, trouxe um aumento na área plantada dos diversos países produtores, com um conseqüente quadro de excesso de oferta mundial, o que, em última instância, foi a causa dos baixos níveis de preços praticados durante todo o ano de 1988, os quais em dezembro/87 alcançaram US\$ 0,685 /libra-peso, chegando ao final de dezembro/88 a US\$ 0,582 /libra-peso, com uma variação negativa, portanto, de 15,08% (quadro 2.3 e gráfico 1).

Paralelamente a este excesso de oferta mundial de algodão, os EUA, com o objetivo de aumentar a competitividade externa, anunciaram algumas medidas no seu programa de financiamento interno de algodão, que consistiram em permitir o resgate de algodão penhorado com o CCC - Commodity Credit Corporation, anistiando despesas com juros e armazenagem, que incidem sobre o preço de garantia, quando o valor da conta exceder ao preço internacional ajustado. Este mecanismo foi o principal fator responsável pelos baixos preços praticados na Bolsa de Nova York nos últimos meses do ano de 1988, pois possibilitou a retirada do algodão dos EGFs americano a preços bastante acessíveis.

- Situação Nacional

A produção brasileira de algodão, acompanhando a conjuntura favorável do mercado internacional durante o ano de 1987, com elevação dos preços do produto foi de 2.506 mil toneladas em 1988, registrando um aumento de 49,83% em relação à safra passada. Do total produzido, 96,04% são de algodão herbáceo e os 3,97% restantes são de algodão arbóreo (quadro 2.4). Os Estados do

QUADRO 2.3
COTAÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE ALGODÃO
EM PLUMA - PRIMEIRO FUTURO
DEZEMBRO/87 A DEZEMBRO/88

MÊS	BOLSA DE NOVA YORK			BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO			PARIDADE Cotação de Nova York/Cotação BMSP
	Cotação (Cents US\$/lb.)	Entrega em:	Equivalente (Cz\$/15 kg)	Cotação(1) (Cz\$/15 kg)	Valor Corrigido para Dez./88(2) (Cz\$/15 kg)	Entrega em:	
- Dezembro/87	68,52	mar./88	1.614,90	2.080,00	23.661,25	mar./88	0,78
- Janeiro/88	61,55	mar./88	1.697,42	2.280,00	21.769,21	mar./88	0,74
- Fevereiro	60,32	mar./88	1.948,50	2.170,00	17.611,29	mar./88	0,90
- Março	62,89	mai./88	2.353,38	2.710,00	18.613,09	mai./88	0,87
- Abril	65,85	mai./88	3.021,25	2.700,00	15.411,06	mai./88	1,12
- Maio	64,47	jul./88	3.577,00	4.000,00	19.104,00	jul./88	0,90
- Junho	68,30	jul./88	4.347,88	3.600,00	14.229,72	jul./88	1,21
- Julho	57,38	out./88	4.404,75	5.300,00	17.236,66	out./88	0,83
- Agosto	50,65	out./88	4.740,30	5.300,00	14.025,39	out./88	0,89
- Setembro	52,05	out./88	6.098,70	5.300,00	11.152,79	out./88	1,15
- Outubro	55,66	dez./88	8.628,04	11.000,00	18.142,30	dez./88	0,78
- Novembro	56,23	dez./88	10.644,65	11.000,00	14.177,90	dez./88	0,97
- Dezembro	58,19	mar./89	14.145,00	12.000,00	12.000,00	mar./89	1,18

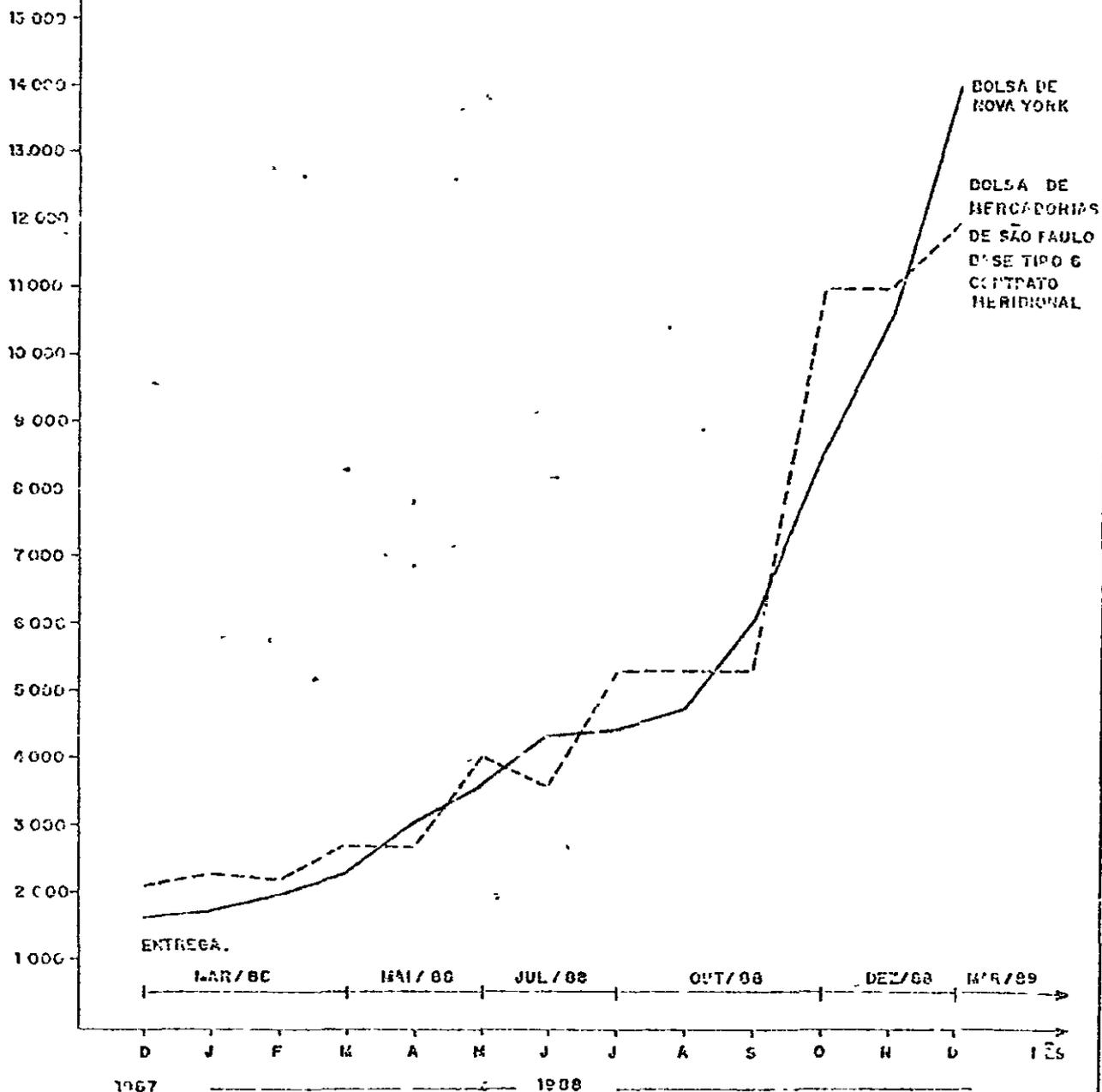
NOTAS: (1) Base Tipo 6 - Contrato Meridional.
(2) Corrigido pelo IGP-DI da FGV.

FONTE: Centro de Informação, da Gazeta Mercantil.

GRÁFICO 1

COTAÇÕES INTERNACIONAL E NACIONAL DE
ALGODÃO EM PLUMA - 1º FUTURO
DEZ/87 - DEZ/88

CE\$ / 15 Kg
ÍNDICE A



QUADRO 2.4
BRASIL
PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO
1979 - 88

ANO	ALGODÃO ARBÓREO		ALGODÃO HERBÁCEO		TOTAL DA PRODUÇÃO (t)
	(t)	(%)	(t)	(%)	
1979	281.015	17,17	1.355.244	82,83	1.636.259
1980	236.554	14,12	1.439.330	85,88	1.675.884
1981	189.562	10,95	1.542.106	89,05	1.731.668
1982	243.475	12,58	1.691.616	87,42	1.935.091
1983	78.198	4,88	1.525.625	95,12	1.603.823
1984	267.725	12,39	1.893.446	87,61	2.161.171
1985	188.133	6,63	2.648.133	93,37	2.836.266
1986	116.103	5,02	2.198.288	94,98	2.314.391
1987	60.499	3,62	1.611.994	96,38	1.672.493
1988(*)	99.353	3,97	2.406.383	96,04	2.505.716

(*) Dados sujeitos a retificação.

FONTE: IBGE/CEPAGRO.

000025

Paraná, São Paulo e Bahia foram os que conseguiram individualmente as três maiores produções de algodão em caroço do país, tendo participação em relação ao total produzido de 34,89%, 28,50% e 12,95%, respectivamente, e sendo responsáveis conjuntamente por 76,34% da safra nacional em 1988 (quadro 2.5). Vale ressaltar que a região Nordeste obteve significativo aumento nas produções dos principais Estados produtores, principalmente dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Paraíba, com incrementos anuais de 594,26%, 336,10%, 251,54% e 202,00%, respectivamente. O aumento observado na produção destes Estados foi respaldado principalmente na boa distribuição de chuvas neste ano, no programa de distribuição de sementes básicas selecionadas desenvolvido em alguns Estados, no combate mais eficaz ao bicudo e nos plantios com irrigação.

A queda de qualidade do algodão verificada no Estado de São Paulo, um dos maiores produtores brasileiro, incentivou uma forte internalização do produto, principalmente de algodão paraguaio, o que, aliada a uma grande disponibilidade no mercado interno, teve como consequência os baixos preços praticados durante o ano de 1988 (quadros 2.3, 2.6 e Gráfico 1).

O lento fluxo observado na comercialização nesta temporada, bem como a falta de estímulo por parte das indústrias têxteis para a formação de estoques, agravados pelos preços no mercado externo, que não estimularam a exportação, e pela fraca demanda observada por manufaturados têxteis foram fatores predominantes para uma tendência de redução de área plantada de algodão para a safra 1988/89, principalmente para os produtores que fixaram seus preços tardiamente, apostando na alta dos mesmos, o

QUADRO 2.5
BRASIL
PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
1984-88

(Em t)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988 ^(*)	PARTICIPAÇÃO (%) 1988	VARIAÇÃO (%) 1988/1987
- Paraná	611.865	1.035.661	768.434	711.800	874.200	34,89	22,80
- São Paulo	507.686	702.516	701.270	567.131	714.119	28,50	25,91
- Minas Gerais	85.273	208.663	169.903	59.923	135.207	5,40	125,63
- Ceará	282.119	180.145	98.835	30.224	131.807	5,26	336,10
- Bahia	68.212	162.133	223.177	92.327	324.565	12,95	251,54
- Goiás	93.020	116.030	85.740	58.000	84.400	3,37	45,52
- Mato Grosso do Sul	56.826	106.317	61.151	67.974	73.478	2,93	8,10
- Piauí	46.701	87.721	79.592	29.881	31.317	1,25	4,81
- Paraíba	167.480	79.288	20.111	11.200	33.824	1,35	202,00
- Pernambuco	45.134	49.140	20.570	5.653	16.547	0,66	192,71
- Rio Grande do Norte	131.042	45.522	15.128	4.879	33.873	1,35	594,26
- Mato Grosso	8.609	21.837	20.408	16.308	36.860	1,47	126,02
- Alagoas	20.338	20.073	19.162	5.035	3.243	0,13	-35,59
- Sergipe	13.409	10.472	9.499	3.682	2.892	0,12	-21,46
- Maranhão	10.205	7.735	8.222	4.716	2.607	0,10	-44,72
- Pará	12.186	2.000	3.000	3.680	6.777	0,27	84,16
- Outros	1.606	265	220	-	-	-	-
TOTAL	2.161.171	2.836.266	2.314.391	1.672.493	2.505.716	100,00	49,82

(*) Estimativa do IBGE para o mês de dezembro de 1988.

FONTES: IBGE/CEPAGRO, dezembro/88.

QUADRO 2.6
 ESTADO DO CEARÁ
 ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ALGODÃO EM CAROÇO E
 PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO NACIONAL
 1984 - 88

ANO	ALGODÃO ARBÓREO			ALGODÃO HERBÁCEO			TOTAL DA PRODUÇÃO (t)	PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CEARÁ/BRASIL (%)
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)		
1984	523.033	100.693	192	269.899	181.426	672	282.119	13,05
1985	449.794	65.705	146	305.754	114.440	374	180.145	6,34
1986	411.534	30.478	74	349.797	68.357	195	98.835	4,27
1987	272.791	23.860	87	34.030	6.364	187	30.224	1,81
1988	285.748	41.161	144	172.126	90.646	527	131.807	5,26

FONTE: GCEA/IBGE.

000028

que não se verificou. Sem o estímulo de cotações externas firmes e com um preço mínimo considerado baixo, os produtores de algodão estão preferindo mudar para o milho e a soja, que acenam com garantia de boa rentabilidade e têm um custo de produção menos elevado, comparado com o algodão.

- Situação Estadual

Face à conjuntura nacional, que elevou bastante o preço do algodão no mercado interno durante o ano de 1987, bem como os estímulos dados pelo Governo Estadual através da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SEARA, que promoveu a implantação do programa de convivência com o "bicudo", o produtor cearense sentiu-se estimulado a plantar em 1988, motivado pelo reduzido ataque do "bicudo" na safra passada .

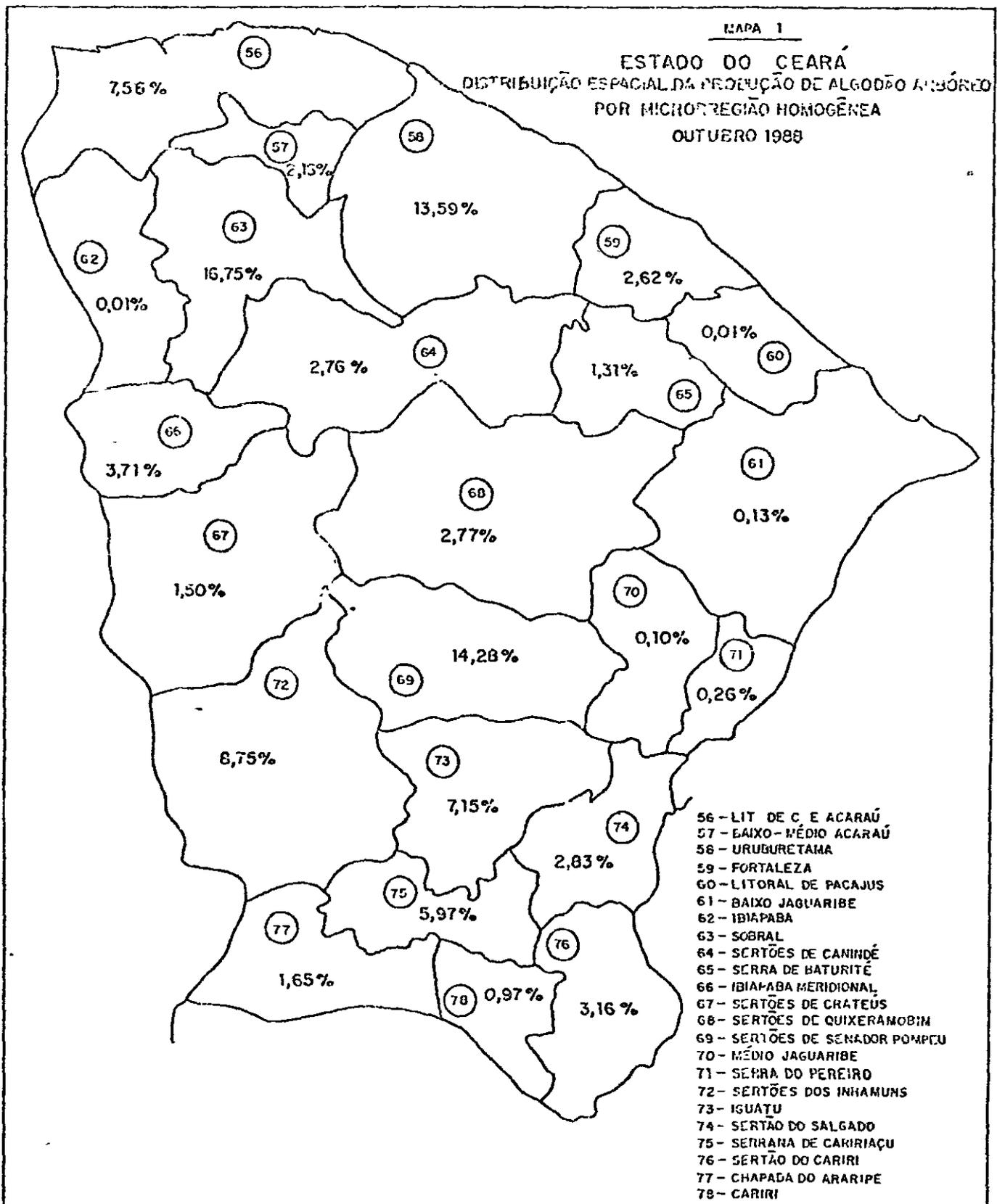
No que diz respeito à produção, as áreas cujos plantios foram efetuados em janeiro/fevereiro de 1988 não sofreram tanto com o ataque do "bicudo", porém a falta de chuvas foi o fator limitante que influenciou na queda da produção. Já as chuvas em demasia, verificadas durante o mês de abril/maio, aliadas aos altos preços dos defensivos agrícolas, foram fatores que também concorreram para uma redução na produção, principalmente pelas precipitações coincidindo com o aparecimento do botão floral, o que tornou propício o aparecimento do "bicudo".

Face ao crédito rural com correção monetária plena, grande número de produtores encontraram dificuldades para o financiamento de sua produção, constatadas pelo reduzido número de contratos de crédito nos principais agentes financiadores das regiões de

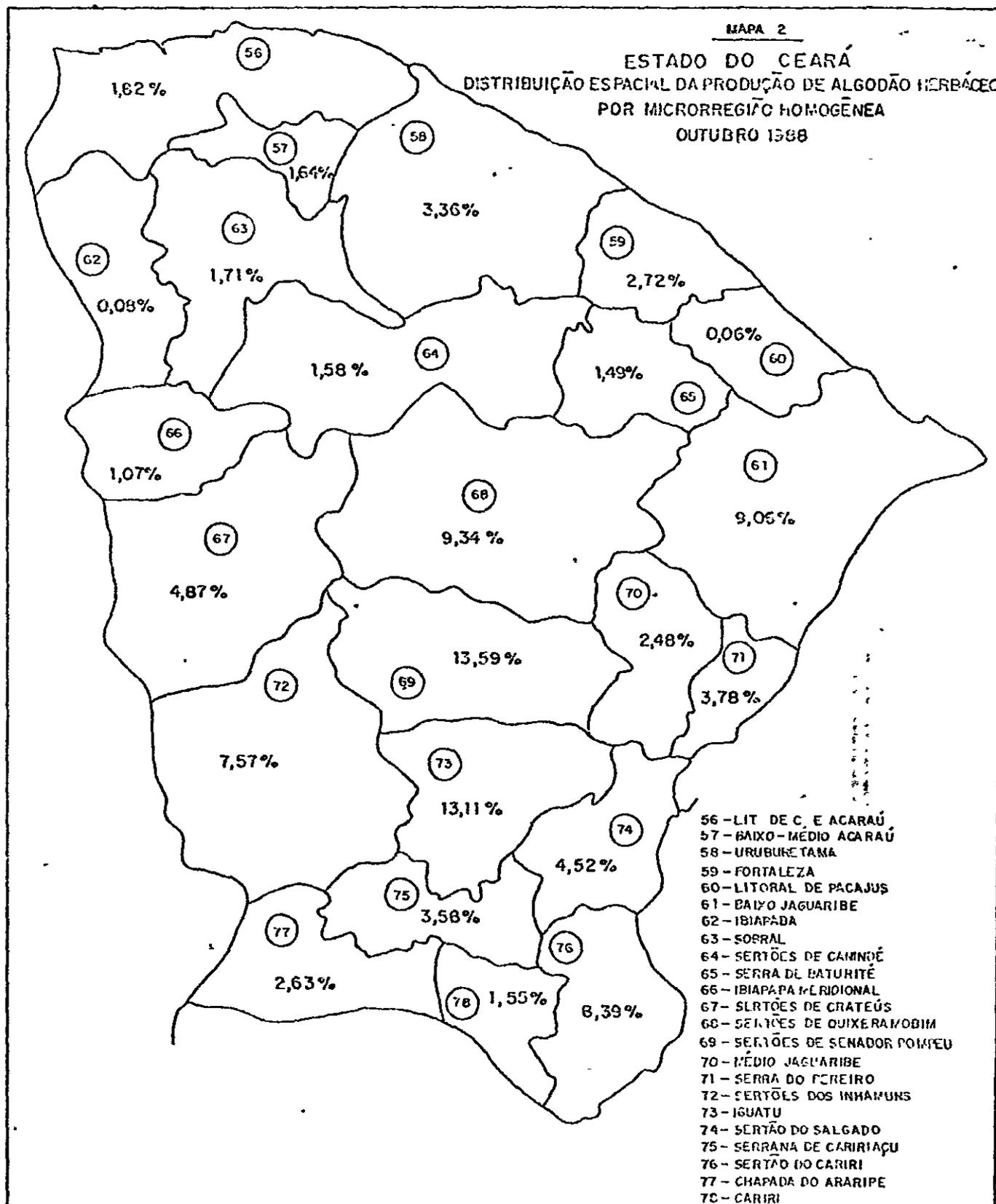
concentração de algodão. A saída encontrada pelos produtores para custear a produção foi o uso de recursos próprios, em alguns casos obtidos com a venda de animais de sua propriedade, além de ter utilizado caroços da safra anterior no plantio, no caso de produtores não assistidos pela EMATERCE. No caso dos produtores assistidos, o financiamento da produção se processou com o uso de recursos do Estado, através de distribuição de sementes selecionadas. Ainda como consequência da falta de acesso ao crédito por parte dos produtores, foi constatada a diminuição da área plantada em grande número de propriedades, como forma de minimizar os custos de produção.

Apesar dos problemas enfrentados durante o ano de 1988, a produção estadual cresceu em cerca de 336,10%, colhendo-se 131.807 t de algodão em caroço, sendo 41.161 t de algodão arbóreo e 90.646 t de algodão herbáceo, representando 43.496 t de algodão em pluma, considerando-se um rendimento de 33,0% (quadro 2.6). Nota-se que apesar da boa qualidade do algodão nesta safra, segundo fonte do Centro Estadual de Classificação do Algodão, localizado em Iguatu, a produção foi insuficiente para abastecer o mercado estadual, pois, segundo dados fornecidos pelos Sindicatos da Indústria Têxtil, através da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, o consumo de algodão no exercício de 1988 foi de 69.253 t.

De acordo com dados de produção de algodão divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o ano de 1988, por microrregiões homogêneas, pode-se visualizar nos Mapas 1 e 2 a distribuição espacial da produção de algodão arbóreo e herbáceo no Estado do Ceará. Para o algodão arbóreo, as três microrregiões que participaram em maior percentual na produção do



000031



000032

Estado foram Sobral, Sertões de Senador Pompeu e Uruburetama, com percentuais de 16,75%, 14,28% e 13,59%, respectivamente.

Para o algodão herbáceo, as três principais microrregiões produtoras foram Sertões de Senador Pompeu, Iguatu e Sertões de Quixeramobim, com percentuais de 13,59%, 13,11% e 9,34% da produção do Estado, respectivamente. De acordo com os dados apresentados, a microrregião dos Sertões de Senador Pompeu, que engloba os municípios de Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópole, participou com 13,80% da produção total de algodão do Estado, seguida da microrregião de Iguatu, com 11,25% e da microrregião dos Sertões dos Inhamuns, com 7,94%.

O mercado de algodão em caroço no Estado do Ceará, acompanhando a conjuntura nacional no que diz respeito aos baixos preços praticados durante o ano de 1988, manteve-se com os preços abaixo do índice inflacionário - IGP ao longo do ano, evidenciando a situação desfavorável de colocação do produto no mercado (quadro 2.7 e Gráfico 3). A cotação do produto nordestino na Bolsa de Mercadorias de São paulo, em pluma, fibra 32/34, sofreu um decréscimo de 32,36% em termos reais de janeiro a dezembro de 1988 (quadro 2.8).

O preço médio recebido pelo produtor de algodão em caroço no Ceará, em 1988, observado a partir dos meses de maior comercialização da safra, ou seja, junho/novembro, foi 39,48% inferior, em termos reais, ao preço médio de 1987, acompanhando assim o atual quadro de preços baixos praticados ao nível nacional. Para configurar o nível de preços baixos para a cultura do algodão na safra/88, tem-se que o preço de mercado para o produto foi 5,98%

QUADRO 2.7
 ESTADO DO CEARÁ
 PREÇOS NOMINAIS E REAIS (*) DO ALGODÃO EM CAROÇO
 E DO ALGODÃO EM PLUMA
 DEZEMBRO/87 A DEZEMBRO/88

(Em Cz\$/15 kg)

MÊS	ALGODÃO EM CAROÇO		ALGODÃO EM PLUMA	
	Preços Nominais	Preços Reais	Preços Nominais	Preços Reais
- Dezembro/87	447,27	5.087,96	1.950,00	22.182,42
- Janeiro/88	435,63	4.159,35	2.400,00	22.914,96
- Fevereiro	525,00	4.260,80	2.400,00	19.477,92
- Março	533,33	3.663,07	2.600,00	17.857,58
- Abril	600,00	3.424,68	2.900,00	16.452,62
- Maio	600,00	2.865,60	3.600,00	17.193,60
- Junho	933,33	3.689,17	3.800,00	15.020,26
- Julho	1.125,00	3.658,73	4.300,00	13.984,46
- Agosto	1.496,25	3.959,53	5.800,00	15.348,54
- Setembro	1.705,50	3.588,88	6.300,00	13.257,09
- Outubro	1.975,45	3.258,11	9.000,00	14.843,70
- Novembro	2.190,91	2.823,86	11.500,00	14.822,35
- Dezembro	2.527,08	2.527,08	15.500,00	15.500,00

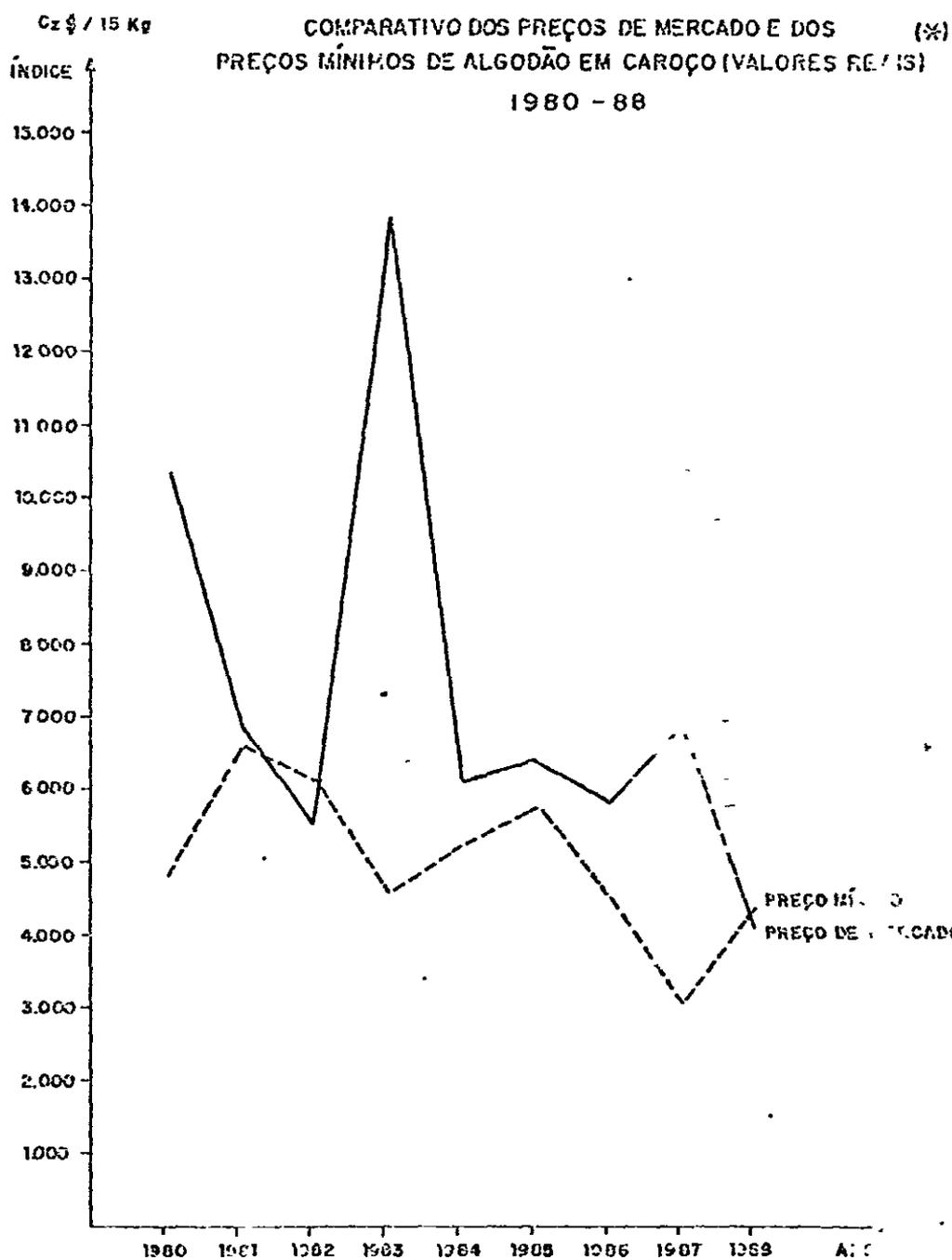
(*) Corrigido para dezembro/88 pelo IGP-DI da FGV.

FONTES: Dados básicos: - Algodão em caroço: EMATERCE.
 - Algodão em pluma: BMSP - Tipos 3 e 4 (fibra 32/34).

000034

GRÁFICO 3

ESTADO DO CEARÁ



(*) A PREÇOS DE 1980, CORRIGIDOS PELO IGP-DI DA FGV
 FONTE: DADOS ORIGINAIS DO SIMA, CEATERCE E CEPA-CE.
 ELABORAÇÃO: CLPA-CE

000035

QUADRO 2.8
ESTADO DO CEARÁ
PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DE GARANTIA AO
ALGODÃO EM CAROÇO (NÍVEIS CORRENTES E REAIS)
1980 - 88 .

ANO	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	Correntes (Cr\$/15 kg)	Reais(*) (Cz\$/15 kg)	Correntes (Cr\$/15 kg)	Reais(*) (Cz\$/15 kg)
1980	583,95	10.353,69	268,50	4.760,62
1981	810,00	6.842,36	780,00	6.588,94
1982	1.275,00	5.510,77	1.409,85	6.093,62
1983	8.154,00	13.845,93	2.685,45	4.560,04
1984	11.520,00	6.103,37	9.924,30	5.257,95
1985	39.154,00	6.370,14	35.571,00	5.787,20
1986 (Cz\$/15 kg)	86,91	5.836,68	66,90	4.492,86
1987 (Cz\$/15 kg)	330,85	6.840,52	148,95	3.079,63
1988 (Cz\$/15 kg)	1.571,07	4.139,95	1.671,08	4.403,49

(*) A preços de dezembro de 1988, corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

FONTES: CFP/EMATERCE/CEPA-CE.

inferior ao preço mínimo de 1988, situação que não acontecia desde a safra 1981/82 (quadro 2.9).

2.2 - ARROZ

- Situação Internacional, Nacional e Estadual

Foram confirmadas as previsões realizadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA de que haveria uma diminuição na produção mundial de arroz da safra 1987/88. Registrou-se uma produção de 447,7 milhões de toneladas, representando uma queda de 4,3% em relação à safra de 1986/87.

As maiores reduções ocorreram na Índia e na Tailândia, países asiáticos que atravessaram longa estiagem no decorrer do período. A Tailândia, considerada um dos maiores exportadores mundiais de arroz, com 2,7 milhões de toneladas, foi apontada como a principal responsável pela retração de 15,0% nas transações internacionais em 1988.

Para 1988/89 a USDA projetou uma área plantada total de 145,5 milhões de hectares (24,0% superior à área colhida 1987/88), prevendo uma produção de 477,0 milhões de toneladas de arroz em casca e uma produtividade que deverá ultrapassar os 3.150 kg/ha obtidos em 1987/88.

O Brasil, com uma produção de 11,8 milhões de toneladas, ocupa o 9º lugar na relação dos maiores produtores mundiais. Mesmo com ligeira redução na área plantada, a produção nacional sofreu um acréscimo de 12,2% em relação à safra anterior, decorrente da significativa produtividade média de 1.981 kg/ha (quadro 2.10).

QUADRO 2.9
ESTADO DO CEARÁ
PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DE GARANTIA AO
ALGODÃO EM CAROÇO (NÍVEIS CORRENTES E REAIS)
1980 - 88

ANO	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	Correntes (Cr\$/15 kg)	Reais (*) (Cz\$/15 kg)	Correntes (Cr\$/15 kg)	Reais (*) (Cz\$/15 kg)
1980	583,95	10.353,69	268,50	4.760,62
1981	810,00	6.842,36	780,00	6.588,94
1982	1.275,00	5.510,77	1.409,85	6.093,62
1983	8.154,00	13.845,93	2.685,45	4.560,04
1984	11.520,00	6.103,37	9.924,30	5.257,95
1985	39.154,00	6.370,14	35.571,00	5.787,20
1986 (Cz\$/15 kg)	86,91	5.836,68	66,90	4.492,86
1987 (Cz\$/15 kg)	330,85	6.840,52	148,95	3.079,63
1988 (Cz\$/15 kg)	1.571,07	4.139,95	1.671,08	4.403,49

(*) A preços de dezembro de 1988, corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

FONTES: CFP/EMATERCE/CEPA-CE.

000038

QUADRO 2.10
ESTADO DO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ARROZ

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará
1984	5.356.071	1.113.263	40.552	9.022.536	1.536.152	82.597	1.685	1.380	2.037
1985	4.760.066	983.684	37.147	9.019.357	1.136.524	89.420	1.895	1.155	2.407
1986	5.590.334	1.384.888	61.549	10.522.282	2.067.954	153.446	1.860	1.493	2.489
1987	6.064.118	1.351.927	51.422	10.522.282	1.078.270	113.967	1.735	797	2.216
1988	5.961.378	1.444.590	69.753	11.807.242	2.083.841	160.699	1.981	1.442	2.303

FONTES: - Produção Agrícola Municipal - IBGE
- ETAC Mercados
- CEPA-CE

000039

O Estado do Rio Grande do Sul continua detendo a posição de maior produtor nacional de arroz, sendo responsável por 33,0% da safra brasileira 1987/88. O Estado de Goiás também vem ocupando uma posição de destaque, sendo a segunda maior produção do País, com 1,5 milhão de toneladas, representando 13,0% do total produzido (quadro 2.11).

Na região Nordeste a safra de arroz em casca ficou em torno de 2,0 milhões de toneladas, significando uma elevação 105,0% quando comparada à produção obtida em 1987, que foi de 1,0 milhão de toneladas. Vale destacar que a produção nordestina não vem atendendo à atual necessidade de consumo dos Estados, sendo preciso a importação de no mínimo 1,2 milhão de toneladas para suprir o deficit de sua oferta (*).

O Estado do Maranhão continua como principal produtor do Nordeste, apresentando expressivo crescimento na sua produção, que em 1988 foi de 1,2 milhão de toneladas, 94,0% superior à da safra 1986/87.

No tocante ao desempenho da safra cearense 1987/88 em relação à safra anterior, observa-se que houve incremento tanto na área cultivada, como na produção e produtividade do arroz de sequeiro. No que se refere ao produto irrigado, as informações indicam que houve decréscimos em todos os aspectos, revelando que o desempenho do plantio realizado em áreas irrigadas não foi satisfatório. A produção sofreu uma queda de 7.22% em relação á obtida no ano passado. Com relação à área cultivada e à

(*) BNB - Nordeste-Análise conjuntural - Vol. 26, nº Jan./Jun. 1988.

QUADRO 2.11
ESTADO DO CEARÁ
PRODUÇÃO DE ARROZ EM CASCA DOS PRINCIPAIS ESTADOS
PRODUTORES E DO BRASIL
1986 - 88

ESTADO	P R O D U Ç Ã O (t)			V A R I A Ç Ã O (%)	
	1986	1987	1988	1987/1986	1988/1987
- Rio Grande do Sul	2.987.503	3.561.498	3.881.290	19,2	8,9
- Maranhão	1.291.982	667.091	1.294.311	-48,4	94,0
- Goiás	1.358.400	1.512.400	1.551.470	11,3	2,6
- M. Grosso do Sul	276.013	501.537	329.013	81,7	-34,4
- Mato Grosso	794.182	910.043	973.675	14,6	4,0
- Minas Gerais	950.908	910.920	890.765	-4,2	-2,2
- São Paulo	543.130	552.160	511.665	0,1	-7,3
- Stª Catarina	450.899	504.756	553.292	12,0	9,6
- Paraná	206.000	342.134	314.210	66,0	-8,2
- Piauí	387.936	142.105	407.914	63,4	187,0
- Rondonia	279.058	207.412	253.073	-25,7	22,0
- Pará	176.340	152.234	197.341	13,7	29,6
- Rio de Janeiro	123.745	95.139	96.092	-23,1	1,0
- Espírito Santo	122.057	120.430	104.895	-1,3	-12,9
- Ceará	153.446	113.967	160.699	-25,7	41,0
- Outros Estados	482.013	228.456	287.537	-52,6	25,9
- Brasil	10.399.320	10.522.282	11.807.242	1,1	12,2

FONTES: - Subsistemas de Informações Conjunturais do Setor Agrícola - SICSA - MA
 - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE-CEPAGRO
 - ETAC Mercados

000041

produtividade, estas decresceram 3,37%, respectivamente (quadro 2.12).

É importante considerar que a diminuição do rendimento reflete, de uma certa forma, o emprego de tecnologias inadequadas ao bom desenvolvimento da cultura, bem como o uso indevido de grãos em substituição a sementes fiscalizadas.

Cabe notar que essa situação foi motivada pela baixa utilização do crédito agrícola para custeio pelos pequenos produtores de arroz, que deixaram de ter acesso a esse instrumento, em razão de o mesmo ter ficado praticamente inviabilizado, devido ao seu ressarcimento ser feito com base na variação da OTN mais juros. Nessas condições, os produtores deixaram de utilizar insumos por falta de recursos, como também foram penalizados pelos constantes aumentos da eletrificação rural, prejudicando a produtividade da cultura.

A produção estadual de arroz safra/88 atingiu um total de 160,6 mil toneladas, representando uma participação de 7,7% e 1,4% da produção do Nordeste e do Brasil, respectivamente (quadro 2.13).

Com uma demanda estimada para o Estado de 172,8 mil toneladas, verifica-se que a oferta da produção estadual representa 62,0% de suas necessidades.

Os Valores Básicos de Custeio (VBCs) praticados na safra/88 no Estado e os preços reais corrigidos pelo Índice Geral de Preços - IGP, relativos ao arroz de sequeiro e irrigado, estiveram inferiores aos promulgados pelo Governo para a safra anterior. No tocante ao arroz de sequeiro, dependendo da faixa de

QUADRO 2.12
ESTADO DO CEARÁ
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ARROZ DE SEQUEIRO E IRRIGADO
1983 - 88

ANO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	Arroz de Sequeiro	Arroz Irrigado	Arroz de Sequeiro	Arroz Irrigado	Arroz de Sequeiro	Arroz Irrigado
1983	11.572	4.690	5.189	24.888	448	5.306
1984	25.804	14.748	34.389	48.208	1.332	3.268
1985	24.515	12.632	29.418	60.002	1.200	4.750
1986	44.516	17.133	64.677	88.769	1.453	5.181
1987	33.658	17.764	21.573	92.394	641	5.201
1988	52.588	17.165	74.972	85.727	1.407	4.994

FONTE: GCEA-IBGE

000043

QUADRO 2.13
ESTADO DO CEARÁ
TOTAL DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE ARROZ E
PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO ESTADUAL NO NORDESTE
E NO BRASIL
1984 - 88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
				CE/NE	CE/BR
1984	40.552	82.597	2.037	5,4	0,9
1985	37.147	89.420	2.407	7,9	1,0
1986	61.649	153.446	2.489	4,5	1,1
1987	51.422	113.967	2.216	10,5	1,1
1988	69.753	160.699	2.307	7,7	1,4

FONTE: GCEA-IBGE
 CÁLCULOS: CEPA-CE

000044

produtividade, observam-se decréscimos que oscilaram entre 31,2% e 40,8%, enquanto que para o produto irrigado a diferença foi menor, variando entre 35,5% a 36,5%, negativamente (quadros 2.14 e 2.15).

O abastecimento do arroz no País, em 1988, ocorreu de forma satisfatória, com uma produção acima de suas necessidades, suficiente para atender à demanda nacional.

O balanço da oferta e demanda de arroz para a safra 1987/88 indica que a produção atual aliada aos estoques remanescentes da safra passada e mais as importações somarão uma oferta total de 15,4 milhões de toneladas. Com um consumo anual previsto em 9,8 milhões de toneladas, calculou-se um excedente da safra de cerca de 5,0 milhões de toneladas, o que corresponde a, aproximadamente, 6 meses de consumo. Este excedente configura um estoque de passagem recorde para a safra seguinte (quadro 2.16).

No que se refere ao abastecimento estadual, verificou-se no decorrer de 1988 um quadro deficitário entre a produção interna e o consumo local, sendo necessária a complementação, através de importações do produto dos Estados do Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, dentre outros. O abastecimento ocorreu de forma satisfatória, porém sem formação de estoques.

O preço do arroz, ao nível de produtor, entre janeiro/88 e dezembro/88, permaneceu sempre abaixo do Índice Geral de Preços - IGP. Atente-se que o preço médio pago ao produtor aumentou nesse período 785,0%, enquanto que a variação anual do IGP foi de 1.037,0% (quadro 2.17 e gráfico 4).

QUADRO 2.14
ESTADO DO CEARÁ
VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA O ARROZ DE SEQUEIRO
1987-88

PRODUTIVIDADE	SAFRA/87		SAFRA/88		△ 87/88 (%)
	Preços Correntes (Cz\$/ha)	Preços Reais (*) (Cz\$/ha)	Preços Correntes (Cz\$/ha)	Preços Reais (Cz\$/ha)	
0 a 1.000	1.328,00	69.553,47	5.010,24	47.837,27	-31,22
1.001 a 1.300	1.745,00	91.393,67	6.443,24	61.519,41	-32,69
1.301 a 1.600	2.168,00	113.548,13	7.300,94	69.708,64	-38,60
Acima de 1.600	2.559,00	134.026,60	8.305,09	79.324,81	-40,81

(*) A preços de 1988, corrigidos pelo IGP - DI da FGV

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção - CFP

CÁLCULOS: CEPA-CE.

000046

QUADRO 2.15
ESTADO DO CEARÁ
VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA A CULTURA DO ARROZ IRRIGADO
1987-88

PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA/87		SAFRA/88		△ 87/88 (%)
	Preços Correntes (Cz\$/ha)	Preços Reais (*) (Cz\$/ha)	Preços Correntes (Cz\$/ha)	Preços Reais (*) (Cz\$/ha)	
— a 3.000	4.250,00	222.592,05	14.805,85	141.357,50	-36,50
3.001 a 4.000	4.977,00	260.668,40	17.593,38	167.979,80	-35,55
Acima de 4.000	6.134,00	321.265,80	21.719,77	207.378,20	-35,50

(*) A preços de 1988, corrigidos pelo IGP - DI da FGV

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção - CFP

CÁLCULOS: CEPA-CE.

000047

QUADRO 2.16
ESTADO DO CEARÁ
ESTIMATIVA DE OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA DE ARROZ EM CASCA
1983/84 - 1987/88

(Em 1.000 t)

SAFRA (*)	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
1983/84	1.171,0	6.991,0	91,0	10.253,0	9.200,0	2,0	1.051,0
1984/85	1.051,0	8.760,0	500,0	10.311,0	9.660,0	5,0	646,0
1985/86	646,0	9.813,0	2.074,0	12.533,0	10.240,0	6,0	2.287,0
1986/87	2.287,0	10.578,0	235,0	13.100,0	9.600,0	5,0	3.495,0
1987/88	3.495,0	11.709,6	235,0	15.439,6	9.840,0	500,0	5.099,6

(*) O Ano-Safra tem início em 1º de março.

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção - CFP

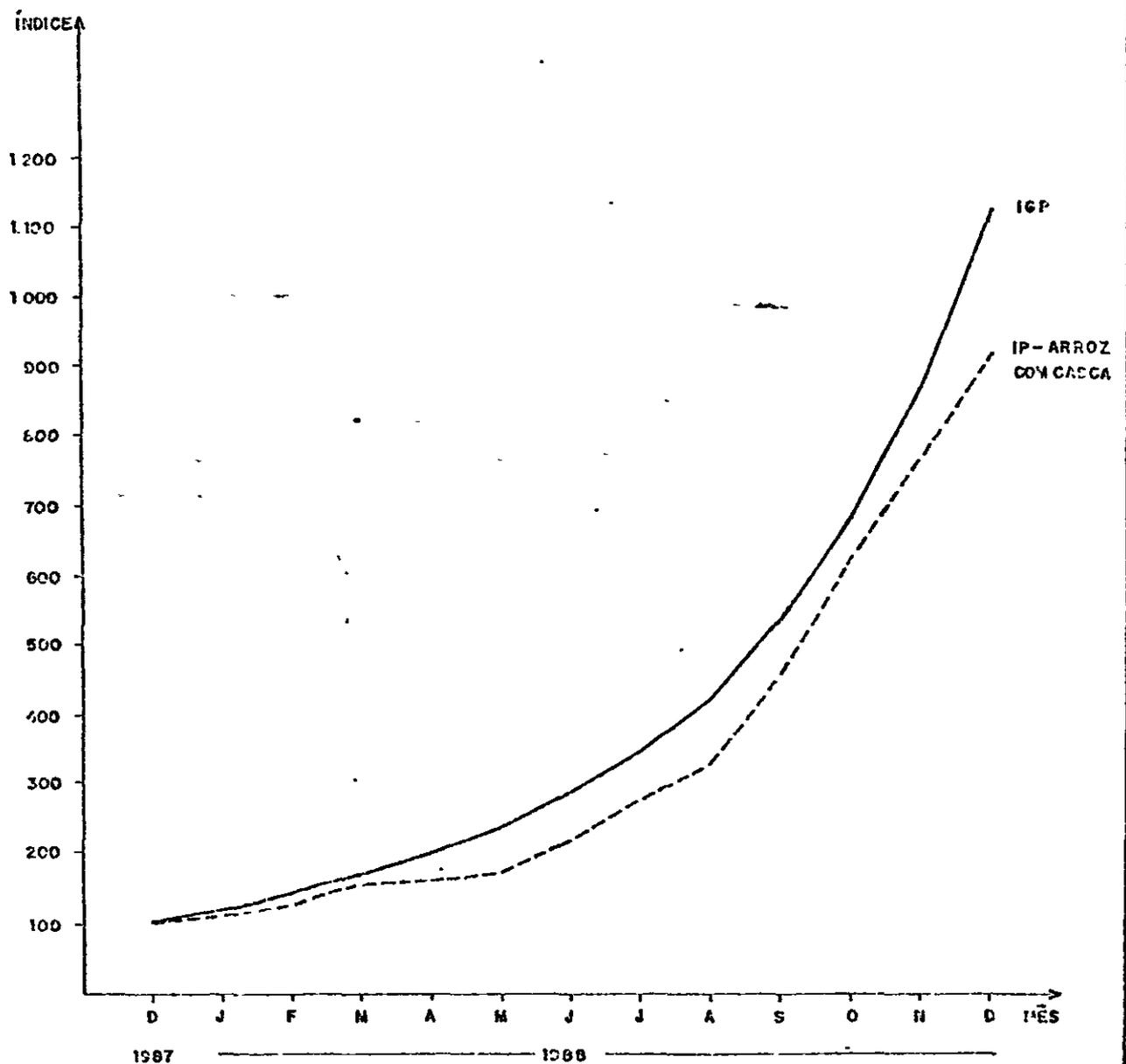
000048

QUADRO 2.17
ESTADO DO CEARÁ
PREÇOS CORRENTES E REAIS DO ARROZ AO NÍVEL DE PRODUTOR
DEZEMBRO 1987 — DEZEMBRO 1988

MÊS	PREÇOS CORRENTES (Cz\$/kg)	ÍNDICE (%)	PREÇOS REAIS (*) (Cz\$/kg)
Dezembro/87	12,36	100,0	96,98
Janeiro/88	14,00	113,3	133,70
Fevereiro	15,70	127,0	127,40
Março	19,30	156,1	132,60
Abril	20,00	161,8	114,20
Maió	21,00	169,9	100,30
Junho	27,00	218,4	106,70
Julho	35,00	283,2	113,80
Agosto	40,90	330,9	108,20
Setembro	57,00	461,2	119,95
Outubro	78,50	635,1	129,50
Novembro	95,50	772,7	123,10
Dezembro	114,35	925,2	114,35

(*) A preços de dezembro/88, corrigidos pelo IGP - DI da FGV (Conjuntura Econômica).

GRÁFICO 4
ESTADO DO CEARÁ
EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS DO ARROZ
EM CASCA E DO IGP - DI
DEZ/87 - DEZ/88



000050

Analisando-se a comercialização do produto beneficiado, verifica-se uma significativa evolução nos preços do arroz "agulhinha" e do comum. Nos últimos doze meses ocorreram variações superiores a 1.000,0%, tanto no atacado como no varejo, sendo mantida uma tendência altista. (Quadro 2.18)

Estabelecendo-se um confronto entre os preços mínimos reais recebidos pelos produtores nas últimas três safras (1986, 1987, 1988), observa-se a partir de 1985 um decréscimo, atingindo na última os menores patamares do período considerado. Ressalte-se que em 1988 os preços mínimos divulgados pelo Governo, apesar de defasados, ainda se mantiveram 8,0% acima dos preços reais de mercado. (Quadro 2.19)

2.3 - FEIJOÃO

- Situação Internacional, Nacional e Estadual

O Brasil tem-se caracterizado como um dos maiores produtores mundiais de feijão. Ao longo dos últimos cinco anos, a posição brasileira entre os principais países que cultivam esta leguminosa tem sido a segunda em volume de produção, sendo ultrapassada apenas pela Índia, o principal produtor.

Atualmente, a produção mundial, segundo a FAO, está estimada em 15 milhões de toneladas/ano, sendo, pela ordem de importância, Índia, Brasil, China, México, EUA e Indonésia, os responsáveis por 63% deste volume.

No contexto da lavoura nacional, safra 1988, o feijão dividiu com o arroz o lugar de terceira cultura em quantidade de

QUADRO 2.18
ESTADO DO CEARÁ
VARIÇÃO DE PREÇOS DO ARROZ
DEZEMBRO/87-DEZEMBRO/88

(Em Cr\$ / saca 60 kg)

PERÍODO	NÍVEIS DE COMERCIALIZAÇÃO												IGP DO PERÍODO (%)
	Produtor		△ %		Atacado		△ %		Varejo		△ %		
	Tipo 1 (*) (Saca 60 kg)	Tipo 2 (**) (Saca 60 kg)	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 1 (Saca 60 kg)	Tipo 2 (Saca 60 kg)	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 1 (Cr\$/kg)	Tipo 2 (Cr\$/kg)	Tipo 1	Tipo 2	
- Dezembro/87	-	775,00	-	-	1.450,00	1.300,00	-	-	28,66	27,84	-	-	-
- Janeiro/88	-	840,00	-	8,40	1.800,00	1.700,00	24,14	30,77	38,01	33,17	32,60	18,54	19,14
- Fevereiro	-	940,00	-	11,90	2.100,00	1.800,00	16,67	5,90	41,19	40,32	7,87	20,60	17,65
- Março	-	1.160,00	-	23,40	2.700,00	2.000,00	28,60	11,10	44,62	45,83	6,82	11,61	18,16
- Abril	-	1.200,00	-	3,50	2.700,00	2.300,00	0,0	15,00	64,83	65,00	43,43	41,83	20,33
- Maio	-	1.264,00	-	5,40	3.840,00	3.000,00	42,20	30,40	83,25	81,88	28,00	24,62	19,51
- Junho	-	1.600,00	-	26,60	5.000,00	3.700,00	30,21	23,30	100,00	60,00	20,12	-26,72	20,83
- Julho	-	2.100,00	-	31,25	5.500,00	3.700,00	10,00	0,00	130,00	80,00	30,00	33,33	21,54
- Agosto	-	2.454,00	-	16,86	6.150,00	5.100,00	11,82	37,80	175,00	114,00	34,62	42,50	22,89
- Setembro	-	3.401,00	-	38,60	7.575,00	6.000,00	23,17	17,65	203,00	134,00	16,00	17,55	25,76
- Outubro	-	4.712,00	-	38,55	9.300,00	7.908,00	22,77	31,80	253,00	187,00	15,00	39,00	27,58
- Novembro	-	5.729,00	-	21,58	15.000,00	12.500,00	61,29	58,07	363,00	232,00	43,00	24,00	21,97
- Dezembro	-	6.861,00	-	19,76	21.000,00	16.500,00	40,00	32,00	508,00	330,00	39,00	42,00	28,89
△ % TOTAL	-	-	-	<u>785,00</u>	-	-	<u>1.348,0</u>	<u>1.169,0</u>	-	-	<u>1.672,5</u>	<u>1.085,0</u>	<u>1.037,56</u>

(*) Tipo 1: arroz agulhinha

(**) Tipo 2: arroz comum

FONTES: EMATERCE/SIMA/Pesquisa direta

CÁLCULOS: CEPA-CE.

000052

QUADRO 2.19
ESTADO DO CEARÁ
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E PREÇOS MÍNIMOS
DE ARROZ EM CASCA (CORRENTES E REAIS)
1984-88

(Em Cz\$/Saca 60 kg)

ANO	PREÇOS DE MERCADO		PREÇOS MÍNIMOS	
	Correntes (1)	Reais (2)	Correntes (1)	Reais (2)
1984	19.300,00	3.880,40	21.600,00	4.342,82
1985	97.920,00	6.045,70	75.550,00	4.664,50
1986	150,00	3.822,90	130,00	3.313,14
1987	315,00	2.471,55	268,80	2.109,06
1988	1.854,00	1.854,00	2.009,14	2.009,14

(1) Até 1985 os preços estão em cruzeiro

(2) A preços de 1988, corrigidos pelo IGP - DI da FGV (Conjuntura Econômica)

FONTES: - EMATERCE
- CFP

CÁLCULOS: CEPA-CE.

000053

área semeada, inferior apenas ao milho e à soja. A produção total, incluindo-se 1ª e 2ª safras, foi de 2,8 milhões de toneladas, em uma área colhida de 59 milhões de hectares, números estes superiores em 36,5% e 11,0%, respectivamente, aos obtidos no ano de 1987. (Quadro 2.20 e Gráfico 5)

Esses resultados apontam para uma retomada aos níveis de produção compatíveis com a demanda nacional, que ao longo dos últimos dois anos não era atendida em sua plenitude.

Com relação às importações de feijão, em 1988 estas foram ocasionais e em volumes pouco expressivos. No início do 2º semestre, com o atraso na safra do Centro-Sul, o Governo Federal liberou a importação, facultando à iniciativa privada da região a sua efetivação. No entanto, o mercado continuou se abastecendo com a produção interna, dada as dificuldades ocasionadas pela situação dos preços no mercado externo, que se situaram acima das cotações praticadas para o produto nacional.

Na produção brasileira da safra 1988 destacaram-se os Estados do Paraná, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina como os cinco maiores produtores nacionais, sendo responsáveis por cerca de 63% do feijão produzido no país, o equivalente a 1.685 mil toneladas. O Estado do Ceará ocupa a sexta posição, participando com 7,1% da produção nacional (206,6 mil toneladas produzidas). Quase que a totalidade dos Estados apresentaram incrementos nas quantidades produzidas nas duas últimas safras, alguns chegando a ser bastante representativos, como é o caso do Rio Grande do Norte, 376,1%, Ceará, 318,7% e Bahia, 95,2%. No entanto, estes Estados apresentaram em 1987 índices de produção muito aquém de suas

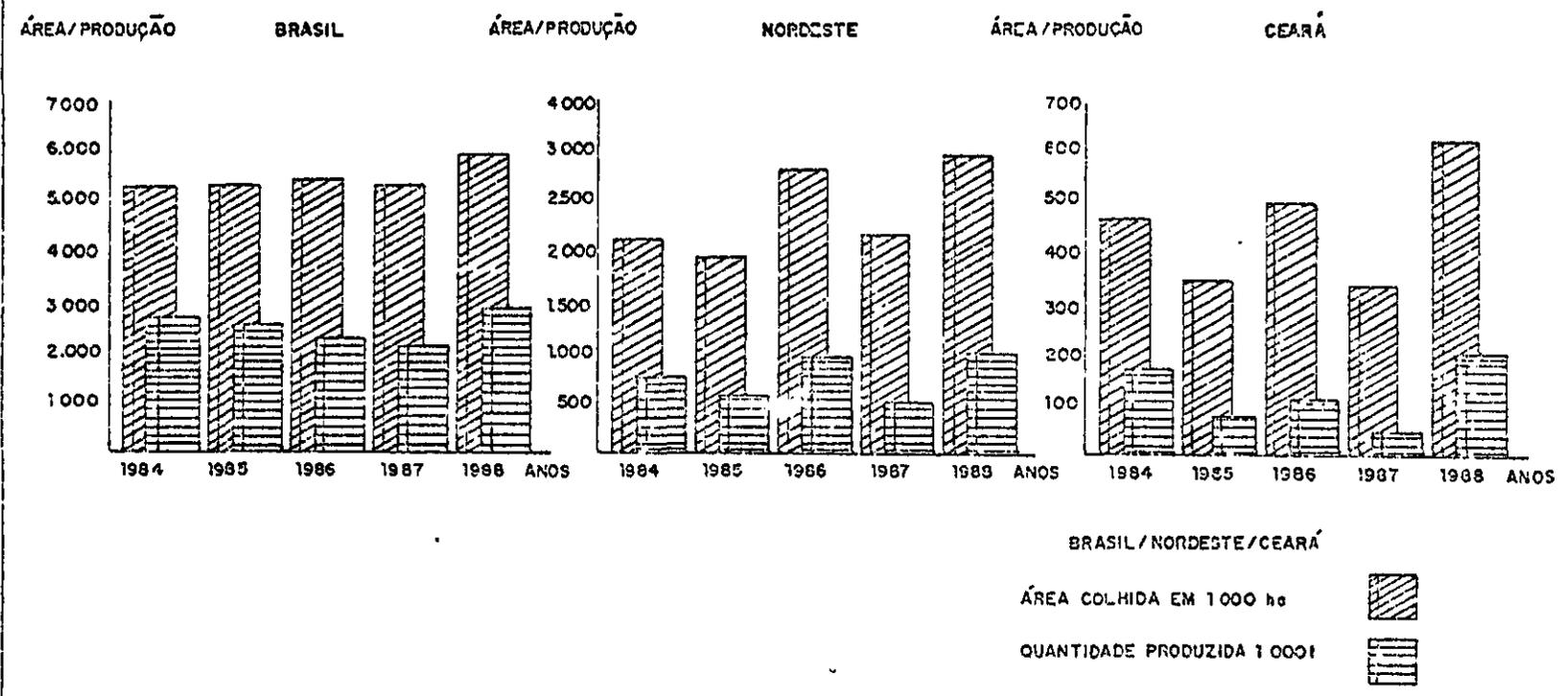
QUADRO 2.20
ESTADO DO CEARÁ, REGIÃO NORDESTE E BRASIL
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE FEIJÃO
1984-88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará
1984	5.306.388	2.277.557	471.553	2.621.009	852.468	171.213	494	374	363
1985	5.317.197	1.923.476	347.657	2.547.197	645.147	77.327	479	335	206
1986	5.484.108	2.685.256	501.347	2.221.313	980.441	114.898	405	365	229
1987	5.321.168	2.397.699	338.399	2.112.690	511.819	49.337	397	213	146
1988	5.903.530	2.921.974	622.968	2.884.032	1.010.890	206.602	488	345	331

FONTES: - IBGE-CEPAGRO: - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
- ETAC Mercados.

000055

GRÁFICO 5
BRASIL, NORDESTE E CEARÁ
ÁREA E PRODUÇÃO DE FEIJÃO
1984-88



potencialidades, e os incrementos registrados em 1988 representam na realidade uma retomada aos níveis normais de produção, que anteriormente foram prejudicados por adversidades climáticas (quadro 2.21).

A safra estadual em 1988 foi a maior já registrada nos últimos 10 anos, 206,6 mil toneladas produzidas em uma área colhida situada em torno de 622,9 mil hectares, com uma produtividade média de 331 kg/ha (quadro 2.22).

A produção obtida com a cultura de sequeiro (1ª safra) atingiu 198,4 mil toneladas, o correspondente a 96% da safra estadual, ocupando uma área de 608,8 mil hectares. Pouco expressivos no entanto revelaram-se os cultivos irrigados, cujas áreas colhidas não ultrapassaram a 14,2 ha, com uma produção 8,1 toneladas, incipiente para o contexto estadual. (Quadro 2.22 e 2.23)

Na região Norte, Sobral foi o município mais prejudicado com o excesso de chuvas, verificando-se uma quebra de cerca de 40% na produção, fazendo com que nesta safra não houvesse excedentes a serem comercializados. Já os municípios de Crateús, Independência e Novo Oriente foram mais favorecidos em condições climáticas. Detentores de uma das maiores áreas plantadas no Ceará, os três municípios apresentaram um rendimento médio de 600 kg/ha, quase o dobro da média estadual.

Na região da Ibiapaba, local onde se cultiva em maior escala a variedade mulatinho, colheu-se uma das melhores safras. Apenas no município de Viçosa do Ceará ocorreram algumas perdas significativas, atribuídas ao encharcamento das lavouras.

QUADRO 2.21
BRASIL
PRODUÇÃO DE FEIJÃO
1986-88

ESTADO	PRODUÇÃO (t)			PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)			VARIACÃO (%)
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1987/88
- Paraná	215.701	404.860	440.967	9,7	19,2	15,3	8,9
- São Paulo	285.976	299.917	401.416	12,8	14,2	14,2	33,8
- Santa Catarina	180.932	224.357	265.521	8,1	10,6	9,2	18,3
- Bahia	322.981	149.705	292.299	14,5	7,1	10,3	95,2
- Minas Gerais	253.204	268.019	284.772	11,4	12,6	9,8	6,2
- Rio Grande do Sul	59.243	111.579	140.295	2,7	5,3	4,8	25,7
- Pernambuco	103.336	53.251	72.001	4,7	2,5	2,5	35,1
- Paraíba	210.366	40.499	109.926	9,5	1,9	3,8	71,4
- Ceará	114.898	49.337	206.602	5,2	2,3	7,1	318,7
- Goiás	51.510	78.135	57.180	2,3	3,7	2,0	- 26,8
- Piauí	81.740	84.213	125.988	3,7	4,0	4,3	49,6
- Rio Grande do Norte	70.398	14.702	70.003	3,2	0,7	2,4	376,1
- Espírito Santo	48.729	52.118	69.716	2,2	2,5	2,3	33,7
- Mato Grosso	42.094	37.607	35.493	1,9	1,8	1,2	- 5,6
- Outros	180.205	244.361	311.853	8,1	11,6	10,8	27,6
TOTAL BRASIL	<u>2.221.313</u>	<u>2.112.690</u>	<u>2.884.032</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>36,5</u>

FONTE: - IBGE-CEPAGRO: - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
- LIAC Mercados.

000058 CÁLCULOS: CEPA-CE.

QUADRO 2.22
 ESTADO DO CEARÁ
 ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA
 PRODUÇÃO DE FEIJÃO DO NORDESTE E DO BRASIL
 1984-88

ANO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
				CE/NE	CE/BR
1984	<u>471.553</u>	<u>171.213</u>	<u>363</u>	<u>20,1</u>	<u>6,5</u>
- 1ª Safra	465.553	165.213	355	-	-
- 2ª Safra	6.000	6.000	1.000	-	-
1985	<u>374.657</u>	<u>77.327</u>	<u>206</u>	<u>12,0</u>	<u>3,0</u>
- 1ª Safra	368.000	73.600	200	-	-
- 2ª Safra	6.657	3.727	560	-	-
1986	<u>501.347</u>	<u>114.898</u>	<u>229</u>	<u>11,7</u>	<u>5,1</u>
- 1ª Safra	492.967	109.258	222	-	-
- 2ª Safra	8.380	5.640	673	-	-
1987	<u>338.000</u>	<u>49.337</u>	<u>357</u>	<u>9,6</u>	<u>2,3</u>
- 1ª Safra	327.744	43.132	132	-	-
- 2ª Safra	10.655	6.205	582	-	-
1988	<u>622.968</u>	<u>206.602</u>	<u>331</u>	<u>20,4</u>	<u>7,2</u>
- 1ª Safra	608.820	198.431	326	-	-
- 2ª Safra	14.148	8.171	578	-	-

FONTE: IBGE-CEPAGRO: - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

000059

QUADRO 2.23
 ESTADO DO CEARÁ
 EVOLUÇÃO DA ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO FEIJÃO
 1ª SAFRA/1988

PERÍODO VARIÁVEL	1988						VARIAÇÕES (%)	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Jun./Jan.-Jun./Mai.	
- Área(1)	602	611	641	641	623	611	1,5	-1,9
- Produção(2)	212	219	226	228	226	206	-2,8	-8,8
- Rendimento(3)	353	359	352	356	364	338	-4,2	-7,1

(1) Mil ha.

(2) Mil t.

(3) kg/ha.

FONTE: IBGE-GCEA.

000060

No Sul do Estado, os municípios de Brejo Santo, Porteiras, Milagres, Mauriti e Aurora, também obtiveram índices de produtividade dos mais representativos, devido não apenas às condições mais favoráveis de clima, mas também ao uso das sementes selecionadas distribuídas pelo Governo Estadual, através do programa "Arrancada da Produção". No caso específico desta zona de produção, o programa foi implantado logo no início do inverno, propiciando uma melhora significativa no rendimento obtido por ocasião da colheita.

Os financiamentos oficiais concedidos para o cultivo do feijão, safra 1988, situaram-se em proporção bastante inferior ao volume registrado na safra passada.

Considerando uma produção de feijão em torno de 206 mil toneladas, pressupõe-se que até o final da safra tenham sido comercializadas cerca de 123,6 mil toneladas do produto, o equivalente a 60% do total produzido, ficando o restante retido pelos próprios produtores, destinado ao autoconsumo e reservas para sementes.

Estes números poderiam indicar uma garantia no atendimento da demanda estadual, estimada para 1988 em 158 mil toneladas. No entanto, o que se verificou ao longo do período da comercialização foi que, terminada a safra, o feijão produzido internamente foi "retirado" para atender ao consumo de outros estados.

Logo no início da colheita verificou-se uma forte redução nos preços ao nível de produtor, motivada, na época, pela grande disponibilidade do produto novo, fato que contrastou com a pressão altista verificada nos mercados da Bahia e Estados do Centro-Sul,

000061

ocasionada pelos atrasos e quebras das produções ocorridas, nas safras destas regiões.

O atrativo da diferença de preços concedendo margens elevadas para a intermediação, propiciou que, no período compreendido entre os meses de março e julho, fosse montada uma rede de intermediação com ligações em outros Estados, a fim de adquirir o feijão local, que na época estava sendo comercializado a preços inferiores aos garantidos pelo Governo.

Após a comercialização da safra, os estoques decorrentes da produção local se restringiram a pequenas quantidades retidas em mãos de alguns produtores economicamente mais bem situados, que "seguraram" o produto à espera de oportunidades mais vantajosas para a comercialização, e as 25 mil toneladas em poder do Governo, adquiridas pela CFP através do sistema de AGF, equivalendo a pouco mais de 10% do total comercializado.

Estes estoques foram, na verdade, insuficientes, face ao elevado consumo tanto na capital como no interior. O grosso do abastecimento, a partir de agosto, ficou sendo efetuado com excedentes produzidos em outros Estados, sendo que cada dez sacas comercializadas nos mercados da rua Governador Sampaio e Mercado São Sebastião, principais centros de estivas da Capital cearense, apenas uma havia sido produzida no Ceará, sendo a maioria oriunda dos Estados da Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e até mesmo São Paulo. No entanto, apesar da forte dependência, em nenhuma ocasião foram registradas situações de desabastecimento.

Quanto à comercialização do tipo mulatinho, embora em alguns meses fossem verificadas pequenas involuções nos preços

nominais do produto, o fato se deve mais a falhas estatísticas do que propriamente a um desaquecimento nas cotações. (Quadro 2.24)

No tocante ao feijão produzido internamente, apesar do mercado haver se mantido firme, o quadro geral dos preços foi semelhante ao constatado para o tipo macassar, ou seja, a variação total em 12 meses ficou bastante inferior ao IGP do período. Nos níveis de atacado e varejo houve o inverso, caracterizando a atividade de comercialização do produto como bastante lucrativa em 1988, concedendo remuneração real acima dos índices inflacionários. (Quadro 2.25)

2.4 - MILHO

- Situação Internacional, Nacional e Estadual

O milho é o segundo cereal mais importante em termos de produção mundial, sendo superado apenas pelo trigo.

O Brasil é o terceiro produtor mundial de milho, sendo responsável por 5,4% da produção global, percentual este significativamente menor que os dos dois primeiros colocados, Estados Unidos e China, que na safra 1987/88 reponderam respectivamente por 32,6% e 18,7% do total produzido. (Quadro 2.26)

A produção mundial em 1988 ficou em torno de 405,7 milhões de toneladas, volume 9,0% inferior ao obtido na safra anterior. Isso ocorreu principalmente devido à estiagem que se abateu sobre importantes áreas agrícolas no Meio-Oeste dos Estados Unidos, durante o segundo trimestre do ano de 1988, considerada como a mais grave adversidade climática ocorrida nos últimos 50 anos. Com o

QUADRO 2.24
ESTADO DO CEARÁ
PREÇO DO FEIJÃO AO NÍVEL DO PRODUTOR,
ATACADO E VAREJO - MULATINHO
DEZEMBRO DE 1987 A DEZEMBRO DE 1988

(Em Cz\$)

PERÍODO\	NÍVEIS DE COMERCIALIZAÇÃO						VARIACÃO DO IGP NO PERÍODO
	Produtor	Δ %	Atacado	Δ %	Varejo(*)	Δ %	
- Dezembro/87	2.330,00	-	2.800,00	-	54,42	-	-
- Janeiro/88	2.460,00	5,57	2.700,00	- 3,57	58,21	11,04	19,14
- Fevereiro	2.900,00	17,88	3.500,00	23,62	64,93	11,54	17,65
- Março	3.100,00	6,89	3.700,00	5,71	75,35	16,04	18,16
- Abril	3.200,00	3,22	4.000,00	8,10	76,40	1,39	20,33
- Maio	3.100,00	- 3,12	3.900,00	- 2,5	79,90	4,58	19,51
- Junho	3.300,00	6,45	5.200,00	33,33	100,00	25,15	20,83
- Julho	3.600,00	9,09	6.250,00	20,19	130,00	30,00	21,54
- Agosto	5.200,00	44,44	6.200,00	- 0,8	135,00	3,84	22,89
- Setembro	5.880,00	13,07	7.500,00	20,96	240,00	77,77	25,76
- Outubro	13.000,00	121,08	14.000,00	86,86	280,00	16,66	27,58
- Novembro	14.000,00	7,69	27.000,00	92,85	450,00	60,71	27,97
- Dezembro	18.000,00	28,57	34.000,00	23,92	750,00	66,66	28,89
Δ % Dez./87-Jul./88	-	54,50	-	123,21	-	147,99	-
Δ % Dez./87-Dez./88	-	672,53	-	1.114,28	-	1.330,75	1.037,56

FONTES: EMATERCE/SIMA/IPLANCE/CEPA.

CÁLCULOS: CEPA-CE.

000064

QUADRO 2.25
ESTADO DO CEARÁ
PREÇO DO FEIJÃO AO NÍVEL DO PRODUTOR, ATACADO E VAREJO - MACAÇAR
DEZEMBRO DE 1987 A DEZEMBRO DE 1988

(Em Cr\$)

PERÍODO	NÍVEIS DE COMERCIALIZAÇÃO						VARIACÃO DO IGP NO PERÍODO
	Produtor	△ %	Atacado	△ %	Varejo(*)	△ %	
- Dezembro/87	2.170,00	-	2.600,00	-	52,42	-	-
- Janeiro/88	2.300,00	6,00	3.000,00	15,38	55,88	6,60	19,14
- Fevereiro	2.500,00	8,70	2.700,00	-10,00	59,08	5,73	17,65
- Março	2.200,00	-12,00	2.500,00	-7,41	55,29	-6,42	18,16
- Abril	1.250,00	-43,18	2.300,00	-8,00	51,44	-6,96	20,33
- Maio	1.736,00	38,88	2.500,00	8,17	59,35	15,38	19,51
- Junho	2.170,00	25,00	4.500,00	80,00	70,00	17,94	20,83
- Julho	3.300,00	52,07	3.700,00	-17,78	80,00	14,29	21,54
- Agosto	3.100,00	-6,06	4.250,00	14,86	95,00	18,75	22,89
- Setembro	4.130,00	33,23	5.830,00	37,18	150,00	57,89	25,76
- Outubro	8.000,00	93,70	10.000,00	71,52	240,00	60,00	27,58
- Novembro	8.500,00	6,25	17.000,00	70,00	270,00	12,50	27,97
- Dezembro	12.000,00	41,18	22.000,00	29,41	500,00	85,18	28,89
△ % Dez./87-Jul./88	-	52,07	-	42,30	-	52,61	-
△ % Dez./87-Dez./88	-	452,99	-	746,15	-	853,83	1.037,56

FONTES: EMATERGE/SIMA/IFLANCE/CEPA.

CÁLCULOS: CEPA-CE.

QUADRO 2.26
 PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO
 1984/85 - 1988/89

(Em milhões de toneladas)

PAÍSES/REGIÕES	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%) 1987/88	VARIAÇÃO NA PRO DUÇÃO (%) 1988/89 - 1987/88
- Estados Unidos	194,9	225,5	209,6	179,4	132,1	32,6	-26,37
- China	73,4	63,8	69,0	78,0	76,0	18,7	-2,56
- Europa Oriental	35,4	33,8	28,8	29,4	35,5	8,8	20,75
- CEE (12 países)	23,1	25,5	25,0	25,7	25,9	6,4	0,78
- Brasil	22,0	21,0	26,5	24,0	22,0	5,4	-8,33
- Argentina	11,5	12,1	9,6	9,0	10,0	2,5	11,11
- URSS	13,6	14,4	12,5	14,8	16,0	3,9	8,11
- México	9,9	10,5	10,0	9,9	10,3	2,5	4,04
- Outros Países	74,3	76,1	74,2	72,0	77,9	19,2	8,19
TOTAL MUNDIAL	<u>458,1</u>	<u>482,5</u>	<u>465,1</u>	<u>442,2</u>	<u>405,7</u>	<u>100,0</u>	-8,25

Estimativa de julho de 1988. As eventuais diferenças devem-se a arredondamentos

FONTE: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

000066

enxugamento dos estoques mundiais a elevação dos preços. foi imediata, pois no período de plantio da safra norte-americana o mercado é muito agitado e sensível a especulações sobre a quebra da produção. (Quadro 2.26)

Nos Estados Unidos, China e Brasil ocorreram quedas de produção. Já na Europa Oriental, URSS, Argentina, México, África do Sul e Tailândia foram verificados aumentos de produção.

Em 1988 não ocorreram grandes modificações no comércio mundial de milho. Os Estados Unidos continuam liderando as exportações, com 74% do total exportado, e o Japão prossegue na frente das importações, com 31% das compras totais.

Os preços do milho no mercado internacional, que apresentaram sucessivas quedas nos anos de 1986 e 1987, tiveram uma leve recuperação nos seis primeiros meses de 1988. Esta alta nos preços foi ocasionada pela previsão de perdas da safra 1988/89.

O Brasil, como já foi dito, ocupa o 3º lugar na produção mundial de milho. Segundo levantamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a produção nacional de milho na safra 1987/88 atingiu 24,7 milhões de toneladas (quadros 2.27 e 2.28).

A área cultivada e o rendimento médio obtido apresentaram uma diminuição de 2,57% e 5,34%, respectivamente. Esses decréscimos na área plantada e no rendimento médio do Centro-Sul foram ocasionados pelo péssimo resultado econômico do exercício anterior, quando os produtores receberam os menores preços reais dos últimos anos.

QUADRO 2.27
 ESTADO DO CEARÁ, REGIÃO NORDESTE E BRASIL
 ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO MILHO
 1984 - 88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)			PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Ceará/ Nordeste	Ceará/ Brasil
1984	12.204.340	2.587.103	422.300	21.174.162	1.472.818	257.603	1.735	569	610	17,5	1,2
1985	11.801.549	2.591.074	443.783	22.019.715	1.534.921	165.070	1.866	592	372	10,8	0,7
1986	12.464.988	3.040.443	515.806	20.509.550	1.904.977	274.503	1.645	626	532	13,4	1,3
1987	13.499.445	2.494.730	286.929	26.786.647	620.722	74.711	1.984	249	260	12,0	0,3
1988	13.152.801	3.181.924	605.583	24.700.904	2.047.261	424.984	1.878	643	702	20,8	1,7

FONTE: IBGE/CEFAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

000068

QUADRO 2.28
BRASIL
PRODUÇÃO DE MILHO
1986 - 88

ESTADO	PRODUÇÃO (t)			PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)			VARIACÃO(%) 1987/1988
	1986 (*)	1987	1988	1986	1987	1988	
BRASIL	20.509.550	26.786.647	24.700.904	100,0	100,00	100,00	-7,79
- Paraná	4.300.000	7.641.800	5.508.100	21,0	28,53	22,30	-27,92
- Minas Gerais	3.266.247	3.336.890	3.288.826	16,0	12,46	13,32	-1,44
- São Paulo	3.093.600	3.732.500	3.684.000	15,1	13,93	14,91	-1,30
- Goiás	2.464.400	3.034.700	2.990.000	12,0	11,33	12,11	1,47
- Santa Catarina	1.951.299	2.419.200	2.371.200	9,5	9,03	9,60	-1,98
- Rio Grande do Sul	1.937.656	3.073.493	2.537.036	9,4	14,46	10,27	-34,50
- Mato Grosso	529.072	683.334	699.832	2,6	2,55	2,83	2,41
- Piauí	351.288	116.268	381.188	1,7	0,43	1,54	227,85
- Mato Grosso do Sul	320.743	649.515	635.079	1,6	2,43	2,57	-2,22
- Bahia	312.670	150.714	388.259	1,5	0,56	1,57	157,61
- Maranhão	302.231	110.478	339.723	1,4	0,41	1,38	207,30
- Ceará	274.503	74.711	424.984	1,3	0,28	1,72	468,84
- Pernambuco	253.645	59.101	177.309	1,2	0,22	0,72	200,01
- Espírito Santo	249.300	255.724	218.293	1,2	0,96	0,88	-14,64
- Rondônia	189.134	173.112	240.925	1,0	0,65	0,98	39,17
- Paraíba	181.977	63.547	171.384	0,9	0,23	0,69	169,70
- Outros	531.765	411.525	644.766	2,6	1,54	2,61	56,68

(*) Estimativa do IBGE/CEPAGRO

FONTE: IBGE/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

000069

participação do Estado na produção nordestina evoluiu de 12% para 20%. Já o rendimento médio passou de 260 kg/ha para 706 kg/ha, com um incremento de 111%, a área plantada, que era de 286.929 ha em 1987, passou para 605.583 ha em 1988.

Ao nível de Brasil, o Ceará foi o Estado que teve maior incremento na produção de milho, com um acréscimo 468,84%, em segundo lugar veio o Piauí com 227,85% de acréscimo.

Segundo informações da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), no Ceará o volume de Aquisições do Governo Federal (AGF) foi de 49,7 t e não houve volume estocado com recursos do programa Empréstimos do Governo Federal (EGF).

O abastecimento interno estadual continuou deficitário. O volume da colheita de 424.984 t mostrou-se insuficiente para atender ao grande consumo interno decorrente da demanda de avicultores, suinocultores e indústrias.

Para suprir a falta do produto foi necessária a importação de grande quantidade de milho de outros Estados, principalmente Goiás e Paraná. Durante o ano de 1988 entrou oficialmente no Estado 145,055 t de milho, sendo 127.213 t através da Bolsa de Mercadorias da Paraíba e 1.735 t notificadas pela Secretaria da Fazenda do Estado. (Quadro 2.29)

O preço do milho ao nível de produtor permaneceu abaixo do IGP durante todo o ano de 1988. (Quadro 2.30)

Para 1989 o consumo do milho provavelmente cairá, pois existe uma tendência de diminuição dos plantéis avícolas e

QUADRO 2.29

ESTADO DO CEARÁ

QUANTIDADE OFERTADA E VENDIDA DE MILHO NOS LEILÕES DA BPPB
E QUANTIDADE IMPORTADA PELA INICIATIVA PRIVADA
DEZEMBRO DE 1987 E JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

(Em t)

MÊS	BOLSA DE MERCADORIAS DA PARAIBA			MILHO IMPORTADO	
	Quantidade	Preço na BPPB(1)		PELA INICIATIVA	
	Ofertada	Correntes	Reais	PRIVADA (*)	
- Dezembro/87	10.000	436,20	4.962,04	10.000	704
- Janeiro/88	14.000	539,10	5.147,27	14.000	959
- Fevereiro	17.000	626,40	5.083,74	17.000	704
- Março	14.000	748,87	5.143,46	14.000	593
- Abril	14.000	971,40	5.544,56	14.000	943
- Maio	10.949	1.217,00	5.812,39	10.949	592
- Junho	21.000	1.582,50	6.255,15	18.045	1.742
- Julho	12.262	1.978,27	7.819,51	4.219	3.014
- Agosto	-	-	-	-	2.284
- Setembro	-	-	-	-	2.364
- Outubro	5.000	3.531,60	5.824,67	5.000	1.470
- Novembro	10.000	4.414,44	5.689,17	10.000	1.420
- Dezembro	10.000	5.292,00	5.292,00	10.000	1.735

(*) Milho sujeito à fiscalização pela Secretaria da Fazenda

(1) A preços de dezembro/87 corrigidos pelo IGP-DI da FGV, em
Cz\$/60 kg

FONTE: - Companhia de Financiamento da Produção - CFP
- Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

000071

QUADRO 2.30
ESTADO DO CEARÁ
PREÇOS CORRENTES E PREÇOS REAIS DO MILHO
AO NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO
DEZEMBRO DE 1987 E JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

(Em Cz\$/60 kg)

MÊS/ANO	PRODUTOR		ATACADO	
	Preços Correntes	Preços Reais	Preços Correntes	Preços Reais
- Dezembro/87	639,00	7.269,01	1.050,00	11.944,38
- Janeiro/88	763,75	7.292,21	1.100,00	10.502,69
- Fevereiro	872,11	7.077,87	1.100,00	8.927,38
- Março	987,00	6.779,01	1.200,00	8.241,96
- Abril	1.074,12	6.130,86	1.450,00	8.276,31
- Maio	1.088,46	5.198,48	1.550,00	7.402,80
- Junho	1.285,29	5.080,37	1.750,00	6.917,23
- Julho	1.393,48	4.531,88	1.900,00	6.179,18
- Agosto	1.541,36	4.078,90	2.541,36	6.725,20
- Setembro	2.170,00	4.566,33	2.667,00	5.612,17
- Outubro	2.903,00	4.787,92	4.050,00	6.679,67
- Novembro	3.855,56	4.969,43	6.000,00	7.733,40
- Dezembro	5.387,50	5.387,50	6.750,00	6.750,00

FONTES: - EMATERCE
- CEPA-CE.

suinícolas, ocasionada pelos crescentes custos de produção.

2.5 - TOMATE

A produção brasileira de tomate foi de 2.406.781 t em 1988, abrangendo uma área de 62.877 ha. A safra do Nordeste atingiu 934.286 t, numa área de 26.182 ha. Vale ressaltar que em dezembro/88 o custo médio para a implantação de 1,0 ha de tomate era de NCz\$ 2.900,00, equivalente a 72,30 kg do produto, num rendimento médio de 40 t/ha. As perdas físicas do produto no período chuvoso atingem 15% da produção, além dos custos com o controle fitossanitário.

Quanto aos aspectos de mercado, observa-se que nos três níveis (produtor, atacado e varejo) a inflação afetou significativamente o seu comportamento. Destaca-se que o mercado varejista foi o mais afetado, dada a grande concorrência entre os supermercados (ver quadros 2.31 a 2.33).

000073

QUADRO 2.31
ESTADO DO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE TOMATE
1988

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
- Ceará	1.606	46.942	29.229
- Maranhão	305	9.394	30.800
- Rio Grande do Norte	560	17.349	30.980
- Paraíba	788	29.165	37.011
- Pernambuco	13.570	497.624	36.671
- Sergipe	232	4.228	18.224
- Bahia	9.121	329.584	36.135
- Nordeste	<u>26.182</u>	<u>934.286</u>	<u>35.684</u>
- Brasil	<u>62.877</u>	<u>2.406.787</u>	<u>38.278</u>

FONTE: - IBGE-CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

000074

QUADRO 2.32
ESTADO DO CEARÁ
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO TOMATE E PARTICIPAÇÃO
NA PRODUÇÃO DO NORDESTE E DO BRASIL
1978-88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)	
				CE/NE	CE/BR
1978	700	19.600	28.000	6,15	1,33
1979	750	22.500	30.000	6,95	1,50
1980	1.000	25 000	25.000	11,54	1,63
1981	750	22.500	30.000	8,13	1,50
1982	1.148	27.470	23.938	6,44	1,47
1983	1.381	32.000	23.171	10,38	2,02
1984	1.494	45.396	30.385	9,99	2,60
1985	1.295	41.045	31.695	7,31	2,12
1986	1.719	49.936	29.049	8,47	2,72
1987	1.459	37.795	25.905	5,62	1,85
1988	1.606	46.942	29.229	5,02	1,95

FONTE: - IBGE-CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

000075

QUADRO 2.33
ESTADO DO CEARÁ
PREÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DO TOMATE DE MESA AO
NÍVEL DE PRODUTOR, ATACADO E VAREJO A PREÇOS CORRIGIDOS
JANEIRO A DEZEMBRO DE 1988

MÊS	PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cz\$/kg) A	PREÇO AO NÍVEL DE ATACADO (Cz\$/kg) B	PREÇO AO NÍVEL VAREJO (Cz\$/kg) C
- Janeiro	120,30	190,96	286,82
- Fevereiro	146,08	170,43	315,38
- Março	128,78	154,54	268,84
- Abril	152,40	285,59	312,35
- Maio	95,52	206,94	292,77
- Junho	217,40	256,93	395,27
- Julho	113,80	162,61	216,60
- Agosto	39,69	119,08	132,32
- Setembro	23,95	42,09	73,65
- Outubro	49,48	107,20	148,44
- Novembro	154,67	206,22	257,78
- Dezembro	200,00	230,00	250,00

FONTES: - EMATERCE - Produtor.
- SIMA - Atacado.
- IPLANCE - Varejo.

000076

O Centro-Sul, mesmo tendo sua produção diminuída devido a adversidades climáticas em períodos críticos da cultura, participou com 84% na produção nacional. Os Estados do Paraná (5,5 milhões de toneladas), Rio Grande do Sul (2,5 milhões de toneladas), São Paulo (3,0 milhões de toneladas) e Minas Gerais (3,3 milhões de toneladas) são os quatro maiores produtores, com 60,8% do total nacional.

Ao contrário do Centro-Sul, o Nordeste teve um significativo acréscimo de 229,82% na produção, pois as condições climáticas contribuíram para o bom desenvolvimento vegetativo das lavouras.

O Governo estabeleceu regras de intervenção na comercialização do milho para a safra 1987/88, a fim de mostrar condições de transferência e segurança, necessárias para a participação da iniciativa privada na função de armazenagem do milho no decorrer do ano safra. Deste modo, o volume estocado com recursos do programa Empréstimos do Governo Federal (EGF) foi superior ao volume de Aquisições do Governo Federal (AGF). A posição EGF/AGF no país em 1988, corresponde a uma relação próxima de 3/1. Em anos anteriores esta relação era inversa, o Governo detinha a maior parte da safra, passando a interferir excessivamente na comercialização e abastecimento do produto.

Mesmo com a produção nacional tendo sofrido uma queda de 7,79% o abastecimento do mercado interno transcorreu tranqüilo, uma vez que o estoque inicial foi 81,8% maior que o do ano anterior, e o consumo caiu cerca de 4,5%.

000077

Os pequenos criadores de aves, suínos e bovinos de leite das regiões Sul e Sudeste (além dos médios e grandes criadores de São Paulo) foram abastecidos até o início da safra 1987/88 pela CFP, mediante cotas mensais a preços pré-estabelecidos. A aquisição do milho ficou mais difícil à medida que o período de entressafra avançava e o produto das regiões mais próximas aos principais centros de consumo acabava, obrigando o consumidor a recorrer aos estoques das regiões mais distantes, com fretes mais caros.

As perspectivas de abastecimento no próximo ano comercial de milho (março/89 a fevereiro/90) não são boas. A estiagem castigou as lavouras, acarretando fortes reflexos na oferta nacional do produto.

O Paraná, maior produtor do país, participando, em média, com 25% do total anual, sofreu grande quebra na produção. Esta quebra deverá ocasionar dificuldades no abastecimento de alguns Estados do Centro-Sul, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, detentores dos maiores rebanhos de aves e suínos. São Paulo, Rio de Janeiro e alguns Estados do Nordeste são outros tradicionais compradores de milho paranaense que também serão atingidos com o decréscimo da produção. (Quadro 2.28)

As adversidades ocorridas em 1988 deverão reduzir a próxima safra do Paraná para 4,3 milhões de toneladas, insuficientes para cobrir a demanda do próprio Estado, que é de 5,3 milhões de toneladas.

A safra estadual de milho em 1988 foi a maior dos últimos 50 anos. A produção cearense este ano foi de 424.984 toneladas, superior 468,84% às 74.711 toneladas produzidas em 1987. A

3 - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DOS PRODUTOS

000079

3.1 - GERAL

O balanço da oferta e demanda dos produtos no Ceará apresentou em 1988, mesmo com os bons níveis produtivos da safra agrícola, praticamente a mesma estrutura de ganhos e perdas de 1987, só que em escala menor. Exceto no caso do feijão, todos os outros produtos que tiveram saldo negativo em 1987, entre oferta e demanda estadual, repetiram o deficit em 1988, havendo assim importação de produtos para complementar o abastecimento do Estado. (Quadros 3.1 a 3.2)

O quadro 3.3 mostra a oferta de produtos no I ano do projeto de irrigação e a demanda atual de produtos, calculada com base na população de 1987. Observa-se que mesmo assim a oferta é insatisfatória, com exceção para o tomate e melancia, que são produtos de taxas de consumo inferiores aos produtos básicos, dado o hábito alimentar da população.

3.2 - OFERTA DOS PRODUTOS DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Os projetos de irrigação pública, enquanto ações voltadas para a modernização do setor agropecuário, situam-se entre os investimentos de mais alto custo e de lentidão no seu retorno econômico. Por isso é que a proposta de irrigação de um milhão de hectares no Nordeste, através da irrigação pública e privada, de acordo com o PROINE, deverá ser precedida de estudos de mercado, visando detectar não apenas as potencialidades de oferta e demanda dos diversos produtos, como também a conhecer o processo de comercialização.

QUADRO 3.1.
BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DOS PRODUTOS
AO NÍVEL DE ESTADO
1988

(Em t)

PRODUTO	PRODUÇÃO	RESERVA P/SEMENTES	PERDAS	OFERTA DA PRODUÇÃO ESTADUAL	DEMANDA		SALDO	
					Consumo	Perdas na Comercia- lização		
- Algodão em pluma	43.496	-	-	43.496	69.253	-	69.253	- 25.757
- Caroco de algodão	38.311	8.800	-	79.511	79.511	-	79.511	-
- Arroz em casca	160.699	4.017	16.070	140.612	140.612	-	140.612	-
- Arroz beneficiado	101.240	-	-	101.240	176.000	-	176.000	- 74.760
- Feijão	206.602	14.462	20.660	171.480	158.000	-	158.000	13.480
- Milho	424.984	21.249	42.498	361.237	528.00	-	528.000	- 166.763
- Tomate	46.942	-	4.694	42.248	17.280	1.728	19.008	23.240

FONTE: CEPA-CE. Desempenho do Setor Agropecuário do Ceará em 1988.

000081

QUADRO 3.2
BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DOS PRODUTOS
AO NÍVEL DE ESTADO
198

(Em t)

PRODUTO	PRODUÇÃO	RESERVA P/SEMENTES	PERDAS	OFERTA DA PRODUÇÃO ESTADUAL	DEMANDA		SALDO
					Consumo	Perdas na Comercia lização	
- Algodão em pluma	9.067	-	-	9.067	45.000	-	45.000 - 35.933
- Caroço de algodão	20.250	3.000	-	17.250	17.250	-	17.250 -
- Arroz em casca	113.967	2.849	11.397	99.721	99.721	-	99.721 -
- Arroz beneficiado	71.799	-	-	71.799	176.000	-	176.000 - 104.201
- Feijão	49.337	3.660	4.934	40.743	158.000	-	158.000 - 117.257
- Milho	74.711	4.000	7.471	63.240	470.000	-	470.000 - 406.760
- Tomate	37.795	-	3.700	34.095	16.000	1.600	17.600 17.495

FONTE: CEPA-CE. Desempenho do Setor Agropecuário do Ceará no ano de 1987.

000082

QUADRO 3.3
OFERTA DE PRODUTOS NO I ANO E
DEMANDA ATUAL POR MUNICÍPIO

PRODUTOS	ÁREA (ha)	PRODUTIVIDADE kg/ha	PRODUÇÃO OFERTADA (kg) (A)	DEMANDA DE PRODUTOS (kg)						
				Crateús	N. Oriente	Independência	Tamboril	Monsenhor Tabosa	Total (B)	Diferença (A - B)
- Algodão herbáceo	200	2.000	400.000	-	-	-	-	-	-	-
- Feijão	200	582	116.400	2.268.931	874.497	857.285	940.321	537.754	5.478.788	-5.362.388
- Milho	250	4.000	1.000.000	975.078	375.817	368.420	404.105	231.101	2.354.521	-1.354.521
- Arroz	400	5.201	2.080.400	1.901.402	732.843	718.419	788.004	450.647	4.591.315	-2.510.915
- Tomate	100	30.000	3.000.000	225.018	57.818	56.680	62.170	53.331	455.017	+1.137.766
- Melancia	50	30.000	1.500.000	150.012	57.818	56.680	62.170	35.554	362.234	+1.137.766

NOTA: Para o cálculo de demanda considerou-se os seguintes parâmetros por produto/hab./ano.

- Feijão: 30,25 kg

- Arroz: 25,35 kg

- Milho: 3,00 kg

- Tomate: 1,00 kg

- Melancia: 13,00 kg

- Algodão: direta.

000083

Os dois projetos de irrigação federal, Morada Nova e. Icó-Lima Campos analisados pela Fundação João Pinheiro caracterizam-se por uma produção de alimentos básicos de subsistência, destinada ao consumo local e regional, sem capacidade de competir, em termos de qualidade, com a de outras áreas produtoras, até mesmo do Nordeste.

O impacto dos dois projetos, embora significativo logo após sua implantação, não apresentou um efeito dinamizador da economia regional, principalmente quanto ao desenvolvimento urbano de Morada Nova e Icó, à absorção da mão-de-obra e à melhoria qualitativa das condições de vida da maioria dos irrigantes.

A seguir, descreveremos a atuação da Cooperativa de Irrigação do Vale do Banabuiú - CIVAG (Projeto Morada Nova) e Cooperativa de Irrigantes do Vale do Salgado - CIVAS (Projeto Icó Lima Campos).

A atuação dessas duas cooperativas caracteriza-se pela incapacidade de interferirem no processo de comercialização e na estruturação dos mercados dos principais produtos provenientes dos dois perímetros: o arroz e o feijão.

A inoperância dessas cooperativas no sentido de romperem com a estrutura de comercialização típica dos alimentos básicos do Nordeste, dominada pelo capital comercial tradicional, evidencia-se na venda da produção aglutinada aos intermediários, sem o menor poder de influenciar nos preços. Seus limites de atuação estão associados a uma série de fatores, quais sejam: moldes de funcionamento e organização da empresa resultantes do padrão cooperativista e impacto pelo DNOCS, deficiência e inadequação dos

serviços de apoio à comercialização e conseqüente impossibilidade de penetração direta nos mercados consumidores, além das próprias características dos produtos comercializados.

O acentuado centralismo administrativo imposto pelo DNOCS aos perímetros de Morada Nova e Icó-Lima Campos refletiu de forma marcante na estrutura das cooperativas locais, as quais vêm prestando sua atuação por um completo distanciamento em relação aos associados, que não participam dos processos decisórios, limitando-se ao pagamento das taxas. A produção dos irrigantes é entregue diretamente ao intermediário, tendo chegado em 1987 a índices de 70% em Morada Nova e 90% em Icó-Lima Campos.

As cooperativas em estudo não são dotadas de infraestrutura de beneficiamento de arroz adequada e eficiente, que viabilize a venda direta a supermercados e estabelecimentos varejistas dos grandes centros de consumo. O arroz produzido nos perímetros é de baixa qualidade, destinado a um mercado consumidor de baixo poder aquisitivo, e cultivado quase que ao nível de monocultura limitam as possibilidades de uma atuação eficiente destas cooperativas no processo de comercialização.

Os perímetros de Morada Nova e Icó-Lima Campos têm características semelhantes no que se refere às condições de solo e clima, modelo de irrigação implementado e parte produtiva, embora apresentem níveis de organização diferenciados. No Projeto de Morada Nova os colonos, na sua maioria, são associados à cooperativa, que atende parcialmente às demandas de crédito, insumos e máquinas, necessárias ao andamento do processo produtivo dos irrigantes. No Projeto de Icó-Lima Campos a maioria dos

irrigantes desligou-se da cooperativa, hoje descapitalizada e, conseqüentemente, sem oferecer os serviços demandados pelos irrigantes.

O quadro 3.4 mostra a produção obtida e comercializada no primeiro semestre de 1989, que por falta de dados não será possível compará-la com a produção dos anos anteriores. Constatamos que os produtos algodão, feijão e melancia são praticamente comercializados através das cooperativas, não se dispondo do controle da produção comercializada pelos colonos. Evidenciamos que 75,85% da produção do arroz e do milho, respectivamente, não foi vendida, o que se pode admitir que tratando-se de produtos passíveis de serem estocados sem grandes problemas de armazenagem, os colonos estejam esperando melhores preços, cuja venda deverá ser efetuada no período de entressafra. Observa-se, também que 70% da produção do tomate é vendido diretamente pelos colonos, uma vez que se trata de produto altamente perecível.

Com relação a produção dos projetos de irrigação pública estadual não foi possível obter dados sistemáticos para que somados aos demais resultados, pudéssemos efetuar a uma análise e, conseqüentemente comparar a quantidade produzida versus produção estadual. Os projetos foram implantados recentemente, com vários problemas na sua condução como: falta de assistência técnica especializada, de treinamentos específicos aos produtores e ineficiência no manuseio dos equipamentos, pouca tradição dos produtores para o desenvolvimento da prática de irrigação e o desestímulo dos produtores face aos altos custos da energia elétrica, além da impraticabilidade da política de crédito rural, inviabilizando os investimentos demandados pela irrigação. (Quadro 3.5).

QUADRO 3.4

PRODUÇÃO AGRÍCOLA/COMERCIALIZADA NOS PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO DO DNOCs

PRODUTOS (kg) PERÍMETROS	LOCALIZAÇÃO DOS PERÍMETROS	ARROZ		ALGODÃO		MILHO		FEIJÃO		TOMATE		MELANCIA	
		Produção Obtida	Produção Comercia- lizada(1)	Produção Obtida	Produção Comercia- lizada								
- Ayres de Souza	Tauã	28.362	19.560	-	-	34.800	22.800	26.100	39.867	-	-	-	-
- Curu/Recuperação	Paraipaba	10.000	-	-	-	250.900	45.500	-	192.896	-	-	-	-
- Curu/Paraipaba	Paraipaba	-	-	-	-	683.-00	-	107.266	82.622	55.200	7.970	759.300	603.741
- Forquilha	Forquilha	-	-	67	67	113.379	22.609	45.200	746	-	-	-	-
- Icô/Lima Campos	Icô	4.818.960	145.393	30.000	-	364.815	-	83.775	-	8.000	-	6.200	-
- Jaguaruana	Jaguaruana	67.825	67.825	-	-	17.600	-	3.240	-	-	-	-	-
- Morada Nova	Morada Nova	3.434.040	-	-	-	-	-	164.539	-	-	-	1.200	-
- Quixabinha		29.310	-	-	18.490	176.000	-	49.300	42.350	17.900	17.900	-	-
- Várzea do Buc	Tauã	-	-	8.525	-	32.400	-	73.155	-	-	-	-	-
TOTAL	-	10.765.595	366.128	38.525	24.740	1.761.351	265.909	417.356	526.210	71.100	25.870	782.143	603.741

FONTE: DNOCs Síntese Informativa - 1.ª edição, 1982, Junho 80

(1) Produção comercializada pelas Cooperativas

000087

QUADRO 3.5
 ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO
 DOS AÇUDES PÚBLICOS ESTADUAIS

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALGODÃO						MILHO						FEIJÃO					
		1ª SAFRA (1988)			2ª SAFRA (1989)			1ª SAFRA (1988)			2ª SAFRA (1989)			1ª SAFRA (1988)			2ª SAFRA (1989)		
		ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
Cachoeirinha	Tauá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	51.150	1.705	30	37.620	1.254
California	Quixadá	15	18.130	1.208	53	41.388	781	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	30.066	567
Carão	Tamboril	9	1.460	152	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	760	253	15	2.187	146
Edson Queiroz	Santa Quitéria	33	17.960	544	-	-	-	-	-	-	24,4	23.580	966	1,5	2.300	1.533	33	6.173	187
Jaburu	Tianguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	52.720	703	-	-	-
Patu	Senador Pompeu	68,4	71.934	1.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realejo	Crateús	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	14.025	187	-	-	-
Rio Verde	Crateús	-	-	-	-	-	-	75	84.702	1.129	-	-	-	-	-	-	3	31.718	10.573
TOTAIS		125,4	109.484	873	53	41.388	781	75	84.702	1.129	24,4	23.580	966	184,5	120.955	655,6	134	107.764	804

FONTE Pesquisa direta na(Sohires)- 1989.

S. P. B. N.

000088

O quadro 3.6 vem mostrar as produções obtidas nos anos de 1988 e 1989 pelos projetos, evidenciando algumas produtividades baixas, mas aceitáveis dado os diferentes problemas abordados anteriormente. Acredita-se que a prática da irrigação corrigirá parte das distorções existentes, pois somente através da mesma, alcançaremos os níveis de produção demandados pela população e assim atender as necessidades do seu abastecimento.

No ano de 1988, foram instalados 1.492 KITS de irrigação, beneficiando 2.984 famílias.

QUADRO 3.6
ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS
COM O SISTEMA DE KITS

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (t/ha)
Algodão	1.024	2.046	2,0
Feijão	3.071	3.071	1,0
Milho	1.025	3.075	3,0

FONTE: CEPA-CE. Análise de Desempenho do Setor Agropecuário do Estado do Ceará em 1988.

Observa-se que não existe indústria voltada para a absorção do tomate a ser produzido no Projeto, porém a Agroindústria Luiz Guimarães - AGROLUSA, localizada no município de Ibiapina, a aproximadamente 200 km de distância tem uma capacidade instalada para 36.000 t de matéria-prima, sendo de 15 t a sua capacidade hora.

4 - PROJEÇÃO DE CONSUMO DOS PRODUTOS

000090

4.1 - PROJEÇÃO DO CONSUMO DOS PRODUTOS PELO ESTADO E ATRAVÉS DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Tem como objetivo básico formar parâmetros quantitativos que possibilitem manter a frente produtiva dos perímetros irrigados, através das projeções da demanda de produtos até o ano 2000, tanto ao nível do Estado como através dos programas institucionais.

- Consumo Total per Capita ao Nível do Estado

O consumo ao nível do Estado, tanto total como per capita, pode ser visto na quadro 4.1 para os produtos estudados no documento elaborado pela Fundação João Pinheiro, intitulado Projeção de Consumo por Estado (1973-2000). Para isso, a citada Fundação procedeu a um levantamento, análise e sistematização das diversas pesquisas de consumo realizadas no Nordeste entre 1960 e 1975. Assim, além de assegurar o consumo médio do Nordeste apresentado pelo ENDEF, captou-se as especificidades de cada Estado.

Para uma melhor avaliação, apresenta-se os gráficos relativos ao consumo per capita, considerando o estudo de consumo per capita mais baixo, o Nordeste, o Brasil e o estudo de consumo per capita mais alto.

4.2 - CONSUMO INSTITUCIONAL

O consumo institucional dos alimentos visa identificar, dentro do consumo de alimentos, através dos diferentes programas, a participação do poder público federal, como agente de compra no processo de comercialização da produção agrícola. É de suma

QUADRO 4.1
ESTADO DO CEARÁ
CONSUMO TOTAL E PER CAPITA AO NÍVEL DE ESTADO
1989-2000

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MELANCIA		TOMATE	
	Cons. Total	Per Capita						
1989	187.411	30,23	274.413	44,26	11.283	1,82	28.349	4,57
1990	191.894	30,45	277.587	44,05	11.716	1,86	29.824	4,73
1991	195.948	30,68	280.021	43,85	12.133	1,90	31.283	4,90
1992	200.013	30,90	282.542	43,65	12.551	1,94	32.779	5,06
1993	204.069	31,11	285.122	43,47	12.970	1,98	34.276	5,23
1994	208.137	31,31	287.786	43,29	13.389	2,01	35.785	5,38
1995	212.197	31,50	290.505	43,13	13.808	2,05	37.302	5,54
1996	215.907	31,69	292.720	42,97	14.208	2,09	38.792	5,69
1997	219.591	31,87	294.980	42,81	14.606	2,12	40.279	5,85
1998	223.272	32,05	297.313	42,67	15.002	2,15	41.766	5,99
1999	226.929	32,21	299.688	42,54	15.395	2,19	43.248	6,14
2000	230.584	32,37	302.132	42,41	15.787	2,22	44.728	6,28

NOTA: Consumo total em toneladas e consumo "per capita" em kg/hab./ano.

FONTE: Fundação João Pinheiro. Mercados Potenciais - Estudo de Demanda de Produtos Selecionados - Relatório Síntese, Volume II, Tomo 4.

000092

importância a atuação desses programas na demanda por produtos, fundamentada pelas tendências de atendimento até o ano 2000. Ao nível de região Nordeste, esses programas garantem aproximadamente 10% do consumo de arroz, açúcar, feijão e óleo de soja, chegando a 30% do consumo de leite.

A seguir apresenta-se detalhadamente o comportamento de cada Programa no Estado do Ceará:

- Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB)

O Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda, do Ministério da Saúde, tem sua atuação restrita ao atendimento de famílias com renda de até três (03) salários mínimos, desde que residam nas capitais dos Estados ou nas áreas metropolitanas. Os produtos são vendidos ao público-meta através de mercearias filiadas às minicentrais de serviços. Os quadros 4.2 a 4.4 mostram a expectativa de população, a estimativa de venda dos produtos arroz, feijão e fubá de milho até o ano 2000 e finalmente a estimativa do consumo per capita de alimentos no período de 1984-87.

- Programa de Suplementação Alimentar (PSA)

O Programa de Suplementação Alimentar do Ministério da Saúde tem como objetivo técnico atender à totalidade das gestantes, nutrizes e crianças com até 35 meses de idade, cuja família tenha renda inferior a dois (02) salários mínimos, através do fornecimento anual de ração mínima. Os quadros 4.5 e 4.6 apresentam a projeção da população e a demanda de alimentos até o ano 2000.

QUADRO 4.2
ESTADO DO CEARÁ
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA PELO PROGRAMA DE
ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS BÁSICOS (PROAB) NA
CAPITAL DE FORTALEZA
1989-2000

ANO	POPULAÇÃO
- 1989	1.419.672
- 1990	1.464.534
- 1991	1.510.813
- 1992	1.558.555
- 1993	1.607.805
- 1994	1.658.612
- 1995	1.711.024
- 1996	1.765.092
- 1997	1.820.869
- 1998	1.878.408
- 1999	1.937.766
- 2000	1.998.999

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento -
Mercados Potenciais. Projeção de Consumo Institucional.1987-
2000 - Volume II - Tomo 3.

000094

QUADRO 4.3
ESTADO DO CEARÁ
PROJEÇÃO DE VENDA DE ARROZ, FEIJÃO E FUBÁ DE MILHO, ATRAVÉS DO
PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS BÁSICOS EM ÁREAS
DE BAIXA RENDA (PROAB) NA CAPITAL DE FORTALEZA
1989-2000.

ANOS	QUANTIDADE (t)		
	Feijão	Arroz	Fubá de Milho
- 1989	1.348,7	5.692,9	369,1
- 1990	1.391,3	5.872,8	380,8
- 1991	1.435,3	6.058,4	392,8
- 1992	1.480,6	6.249,8	405,2
- 1.993	1.527,4	6.447,3	418,0
- 1994	1.575,7	6.651,0	431,2
- 1995	1.625,5	6.861,2	444,9
- 1996	1.676,8	7.078,0	458,9
- 1997	1.729,8	7.301,7	473,4
- 1998	1.784,5	7.532,4	488,4
- 1999	1.840,9	7.770,4	503,8
- 2000	1.899,0	8.016,0	519,7

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento - Mercados Potenciais. Projeção de Consumo Institucional.1987-2000 - Volume II - Tomo 3.

QUADRO 4.4
ALIMENTOS COMERCIALIZADOS PELO PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE
ALIMENTOS BÁSICOS EM ÁREAS DE BAIXA RENDA (PROAB) EM
QUANTIDADES MÉDIAS PER CAPITA ANO NA CAPITAL DE
FORTALEZA
1984-87

PRODUTO	QUANTIDADES MÉDIAS PER CAPITA ANO (kg)
- Arroz	4,01
- Feijão	0,95
- Fubá de milho	0,26

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento -
Mercados Ponteciais. Projeção de Consumo Institucional.1984-
-87 - Volume II - Tomo 3.

000096

QUADRO 4.5
ESTADO DO CEARÁ
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA PELO
PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR (PSA)
1989-2000

ANOS	POPULAÇÃO
1989	1.018.293
1990	1.031.225
1991	1.044.322
1992	1.057.585
1993	1.071.016
1994	1.084.618
1995	1.098.393
1996	1.112.342
1997	1.126.469
1998	1.140.775
1999	1.155.163
2000	1.169.935

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento -
Mercados Potenciais. Projeção de Comércio Institucional.
1987-2000. Volume II - Tomo 3.

000097

QUADRO 4.6
ESTADO DO CEARÁ
PROJEÇÃO DA QUANTIDADE DE ALIMENTOS A SEREM
DISTRIBUÍDOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE
SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR (PSA)
1989-2000

ANOS	QUANTIDADE (t)	
	Arroz	Feijão
1989	20.284,4	14.907,8
1990	20.542,0	15.097,1
1991	20.802,9	15.288,9
1992	21.067,1	15.483,0
1993	21.334,6	15.679,7
1994	21.605,6	15.878,8
1995	21.880,0	16.080,5
1996	22.157,9	16.284,7
1997	22.439,3	16.491,5
1998	22.724,2	16.700,9
1999	23.012,8	16.913,1
2000	23.305,1	17.127,8

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento.
Mercados Potenciais. Projeção de Comércio Institucional.
1987-2000. Volume II Tomo 3..

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) .

Trata-se de um Programa do Ministério da Educação e embora desde o início do século os Estados apoiarem os movimentos relativos a programas dessa natureza, somente em 1953/54 é que foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), responsável pela elaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar, dando origem a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, a qual teve o apoio do Governo Federal e da ONU. O seu público é restrito às crianças de 04 a 14 anos matriculados nas escolas públicas, com abrangência aos irmãos não-matriculados. Os quadros 4.7 e 4.8 evidenciam a projeção do público-meta e do consumo per capita até o ano 2000.

A título de informação no Ceará, no ano de 1987 foram atendidas 2.789.875 crianças, ultrapassando em 11% o público-meta do programa.

QUADRO 4.7
ESTADO DO CEARÁ
POPULAÇÃO A SER ATENDIDA PELO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNNE)
1989-2000

ANOS	POPULAÇÃO (EM 1.000 HAB.)
1989	2.568
1990	2.602
1991	2.637
1992	2.672
1993	2.708
1994	2.744
1995	2.780
1996	2.817
1997	2.855
1998	2.892
1999	2.931
2000	2.970

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento -
Mercados Potenciais. Projeção de Comércio Institucional
1987-2000. Volume II - Tomo 3.

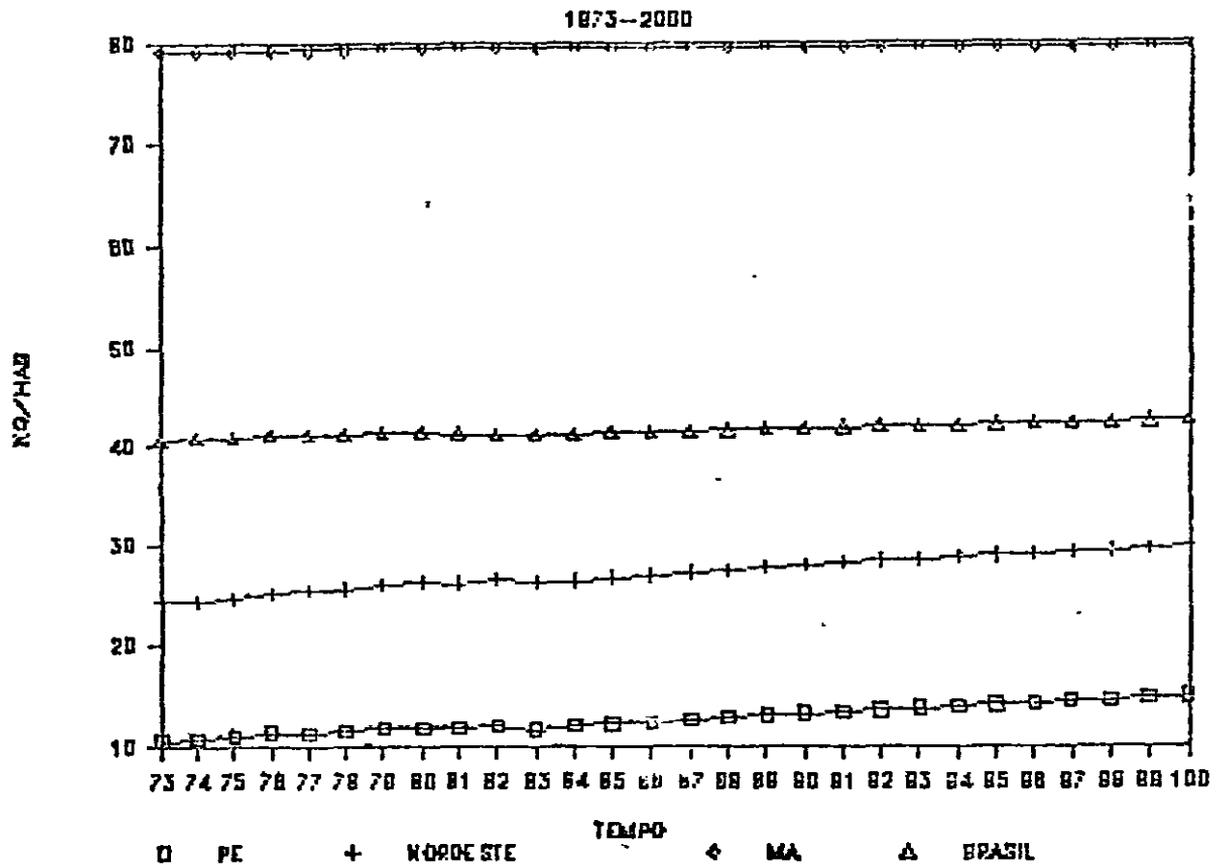
QUADRO 4.8
 ESTADO DO CEARÁ
 PROJEÇÃO DE CONSUMO PER CAPITA DE ALIMENTOS ATRAVÉS
 DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 (PNAE)

ANOS	QUANTIDADE (t)		
	Arroz	Feijão	Milho
1989	2.028,9	735,4	634,0
1990	2.055,8	740,5	638,7
1991	2.083,2	745,6	642,7
1992	2.110,9	750,7	647,2
1993	2.139,0	755,9	651,6
1994	2.167,4	761,1	656,1
1995	2.196,2	766,4	660,7
1996	2.225,5	771,7	665,2
1997	2.255,1	777,0	669,8
1998	2.285,0	782,3	674,4
1999	2.315,4	787,7	679,1
2000	2.346,2	793,2	683,8

FONTE: Fundação João Pinheiro - Sistema Estadual de Planejamento -
 Mercados Potenciais. Projeção de Comércio Institucional.
 1987-2000. Volume II - Tomo 3.

000101

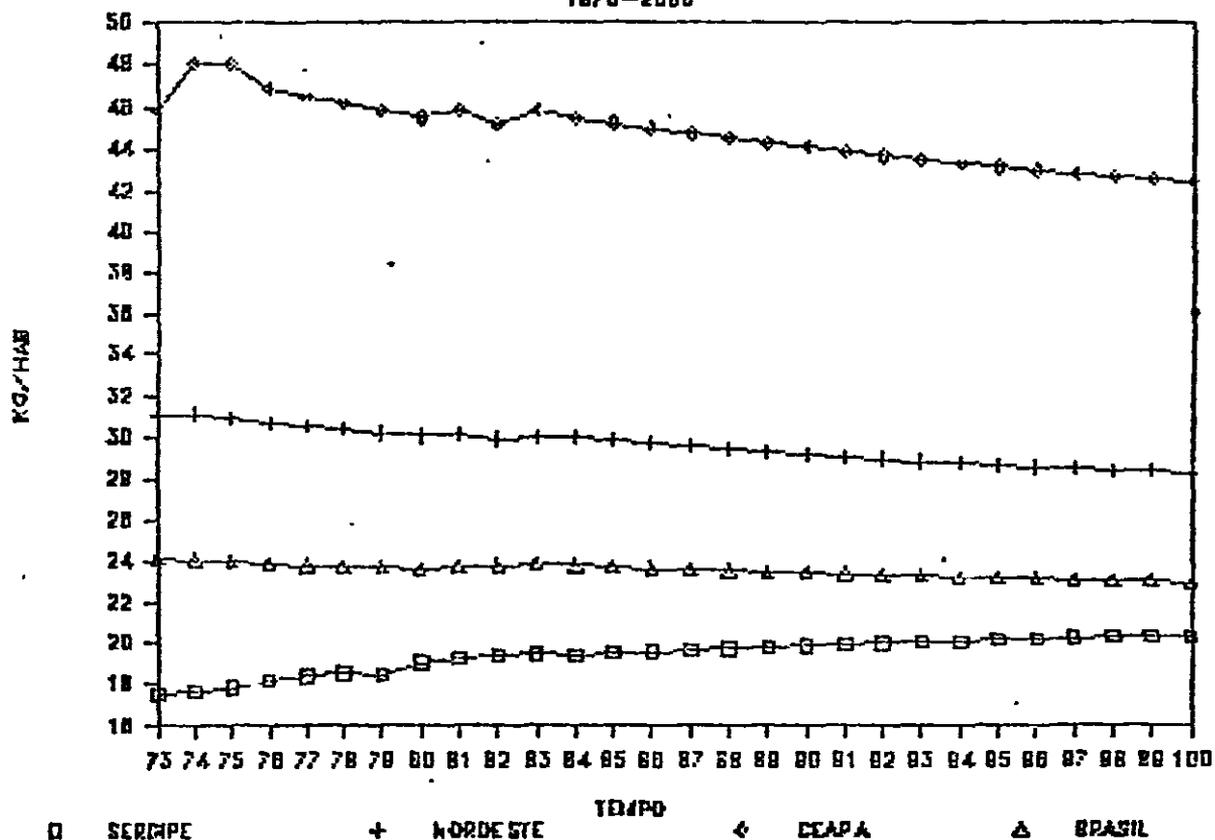
GRÁFICO 1
CONSUMO "PER CAPITA" DE ARROZ



Fontes: Dados básicos: IBGE, Rio de Janeiro, Consumo alimentar-antropometria. Rio de Janeiro, 1977/1978. 4 v.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Regionais (CER).

GRÁFICO 2
CONSUMO "PER CAPITA" DE FEIJÃO
1873-2000



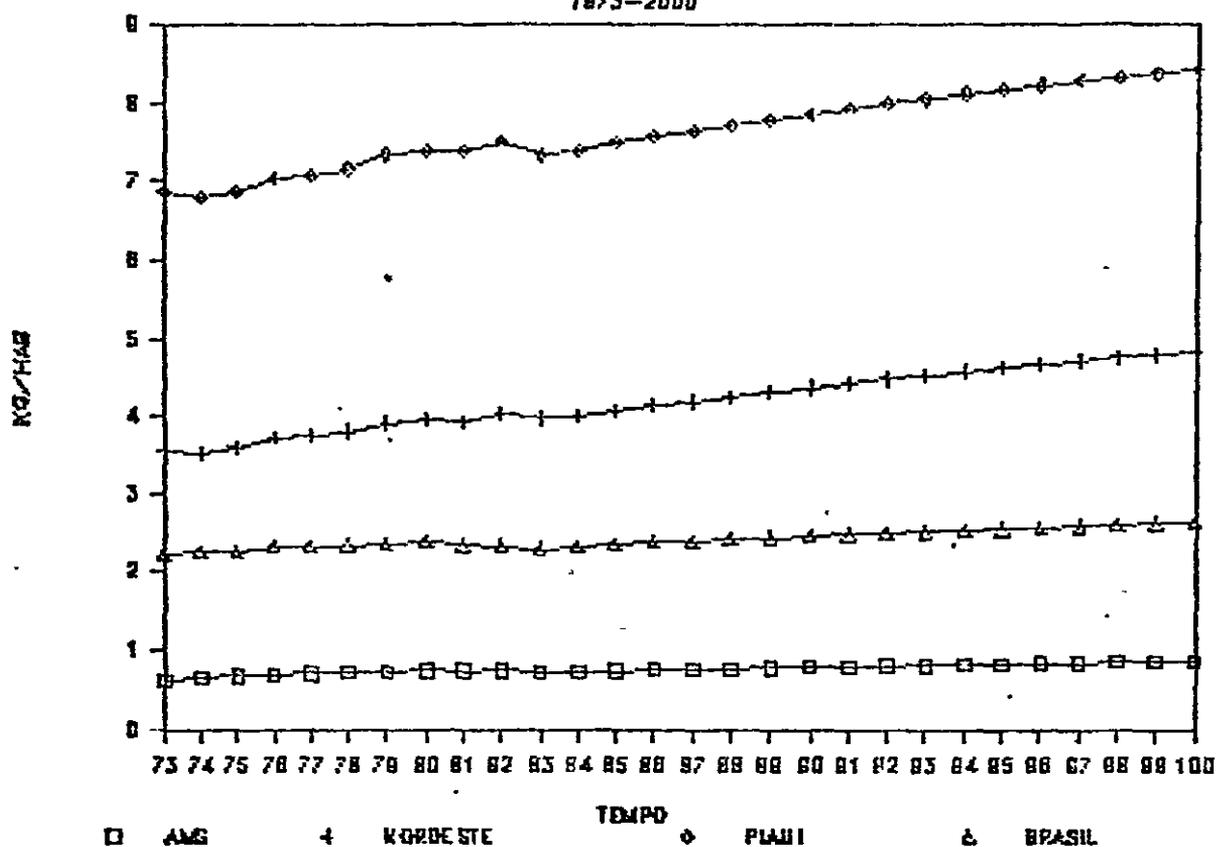
Fontes: Dados básicos: IBGE, Rio de Janeiro. Consumo alimentar-antropometria. Rio de Janeiro, 1977/1978. 4 v.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Regionais (CER).

GRÁFICO 3

CONSUMO "PER CAPITA" DE MELANCIA

1973-2000

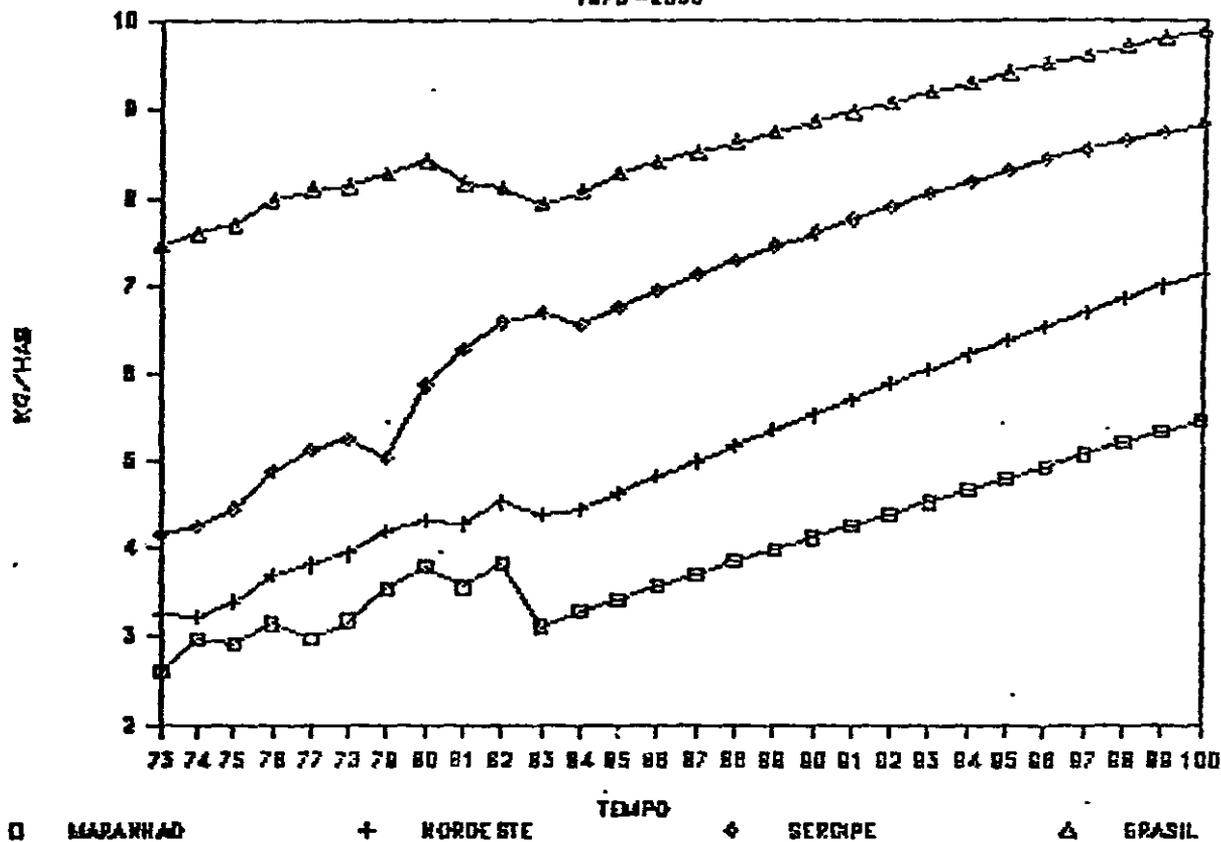


Fontes: Dados básicos: IBGE, Rio de Janeiro. Consumo alimentar-antropometria.
Rio de Janeiro, 1977/1978. 4 v.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Regionais (CER).

000104

GRÁFICO 4
 CONSUMO "PER CAPITA" DE TOMATE
 1973-2000



Fontes: Dados básicos: IBGE, Rio de Janeiro. Consumo alimentar-antropometria. Rio de Janeiro, 1977/1978. 4 v.
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Regionais (CER).

5 - VOLUME TOTAL DE MELANCIA E TOMATE
COMERCIALIZADO PELAS CEASAs

000106

Os dados de oferta desses produtos não são perfeitamente confiáveis, pois o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE registra o volume e o valor de cada cultura nos cursos agropecuários, num intervalo de 05 (cinco) anos. Por isso, optou-se por informações do sistema CEASA, uma vez que possui os registros de volume e origens desses produtos diariamente.

Embora se saiba que a comercialização desses produtos nem sempre é feita somente nas CEASAs, pois parte dessa produção é comercializada em feiras, mercados e quitandas, além da parcela destinada ao autoconsumo, e não se tenha estimativa desse percentual em relação ao volume total comercializado, chega-se a admitir que a quantidade negociada pela CEASA representa a oferta total de hortigranjeiros nos Estados.

A identificação dos fluxos dos produtos em análise é importante para analisar a oferta, pois alterações nas condições do sistema de produção afeta diretamente o volume, a qualidade dos produtos e o nível de atuação de nutrientes pelos consumidores. Por esses motivos, evidencia-se os seus fluxos em direção às CEASAs, procurando mostrar a contribuição das áreas de produção no abastecimento. Os quadros 5.1 e 5.2 mostram os fluxos anuais dos produtos pelos Estados fornecedores, com detalhes de origem e destino nos mapas 1 e 2. Como se trabalhou com fluxo médio, não foi considerada a sazonalidade da produção. A seguir, a análise dos produtos em estudo:

- TOMATE: o abastecimento regional dependeu de importações de São Paulo, porém o Estado do Ceará foi um dos principais exportadores;

QUADRO 5.1
 VOLUME TOTAL DE MELANCIA COMERCIALIZADO PELAS CEASA's
 (t.)

ESTADOS	ANOS					ÍNDICE - 1981 = 100			
	1981	1982	1983	1984	1985	1982	1983	1984	1985
- Ceará	737	885	1.215	1.477	1.913	120	165	200	260
- Maranhão	1.962	4.251	4.344	3.012	2.630	217	221	154	134
- Piauí	3.912	6.928	6.391	5.007	6.589	177	163	128	168
- Rio Grande do Norte	364	365	415	846	1.104	100	114	232	303
- Paraíba	323	426	416	414	506	132	129	128	157
- Pernambuco	6.719	10.353	9.975	8.535	8.243	154	148	127	123
- Alagoas	4.500	7.094	6.456	5.522	5.305	158	143	123	118
- Sergipe	2.129	3.328	3.244	3.058	3.681	156	152	144	173
- Bahia	4.780	7.582	6.537	6.996	6.877	159	137	146	144

FONTE: Fundação João Pinheiro - Mercados Potenciais - Oferta e Origem dos Produtos Hortigranjeiros - Volume II - Tomo 2. Belo Horizonte - 1988.

QUADRO 5.2
VOLUME TOTAL DE TOMATE COMERCIALIZADO PELAS CEASA's
(t.)

ESTADOS	ANOS					ÍNDICE - 1981 = 100			
	1981	1982	1983	1984	1985	1982	1983	1984	1985
- Ceará	12.831	13.813	14.284	13.603	13.129	108	111	106	102
- Maranhão	3.563	4.705	4.828	4.145	4.949	132	136	116	139
- Piauí	2.747	3.473	3.585	4.280	5.220	126	131	156	190
- Rio Grande do Norte	5.736	7.497	7.882	5.992	6.752	131	137	104	118
- Paraíba	13.591	18.196	16.736	14.963	12.610	134	123	110	93
- Pernambuco	29.404	33.423	31.811	29.756	30.211	114	108	101	103
- Alagoas	4.431	4.814	5.788	6.723	6.822	109	131	152	154
- Sergipe	3.429	3.587	3.268	2.623	2.509	105	95	76	73
- Bahia	24.133	28.095	28.242	29.092	25.902	116	117	121	107

FONTE: Fundação João Pinheiro - Mercados Potenciais - Oferta e Origem de Produtos Horti-
granjeiros. Volume II - Tomo 2. Belo Horizonte- . 1988.

000109

- MELANCIA: o abastecimento regional dependeu quase que exclusivamente da oferta do Estado de Pernambuco.

Como o Estado do Ceará é um dos principais produtores de tomate, teceu-se maiores considerações a respeito do comportamento dessa olerícola. Os estados do Nordeste que mais aumentaram suas áreas e produção foram Bahia e Pernambuco, os quais estão dotados das indústrias de processamento de tomate. Em Pernambuco, no ano de 1985, foi criado o Comitê de Agroindústria, que reúne industriais, produtores e técnicos, objetivando a efetivação de acordos mercantis na comercialização do tomate. Essa mesma prática foi experimentada no Ceará, porém foi inviável devido aos altos juros cobrados no sistema bancário, provocando o afastamento dos produtores pelo crédito.

Ultimamente, vem ocorrendo uma significativa participação da produção da Bahia e Pernambuco no abastecimento às praças de Belém, São Luis e Teresina, o que vem deixando os produtores da Serra da Ibiapaba preocupados. Os motivos dessa perda do Ceará no mercado regional é a qualidade do tomate produzido por esses dois Estados, a organização dos produtores e o incentivo das agroindústrias frente à absorção da produção.

O quadro 5.3 evidencia a frequência da comercialização dos produtos melancia e tomate no decorrer do ano no sistema CEASA's.

QUADRO 5.3

CALENDÁRIO DE COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTOS	MESES											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
- Melancia	F	F	F	Fo	Fo	R	F	Fo	Fo	Fo	Fo	Fo
- Tomate	R	Fo	R	R	F	F	F	Fo	Fo	Fo	Fo	Fo

FONTE: Centrais de Abastecimento do Ceará S/A. Série Histórica.
(1976 a 1985)

LEGENDA: Fo Forte
 F Fraca
 R Regular

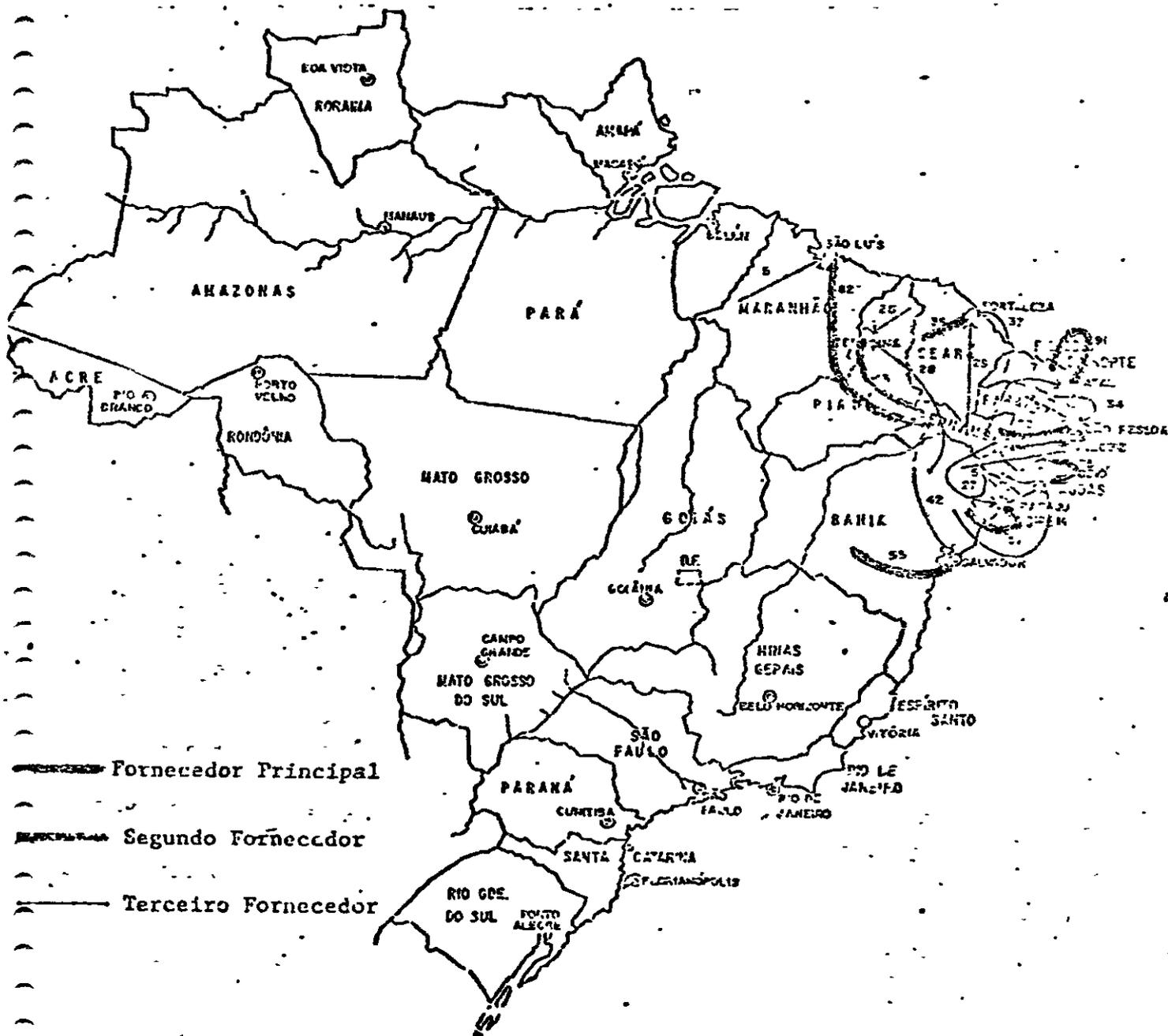
000111

FLUXO MÉDIO DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS
NAS CEASA DO NORDESTE

MELANCIA

1981-1985

(em percentagem)



Fontes: Dados básicos: Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Regionais (CER).

000112

6 - SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO

000113

A comercialização dos produtos agropecuários é função dos agentes privados e públicos, iniciando-se pelo produtor, que é o primeiro participante do processo, atuando desde o momento de tomar decisão sobre a produção, a qual, após a colheita, passa por vários intermediários, até chegar ao consumidor final.

Os produtores, em geral, estão envolvidos num processo de dependência direta aos intermediários privados, devido principalmente à impossibilidade de acesso aos meios de produção e ao limitado alcance às políticas de crédito que venham a apoiá-los de forma satisfatória no processo produtivo. Dessa forma, os intermediários, bastante ágeis, oferecem mecanismos de apropriação da renda, como o financiamento dos meios de produção, ficando assim atrelada a produção ao preço ditado pelo intermediário no momento da venda dos produtos.

6.1 - AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO

Os principais agentes de comercialização são o bodegueiro, a cooperativa e os bancos.

Os bodegueiros, dotados de um pequeno volume de capital, proprietários ou não de terra, desempenham o papel de fornecedores rurais de produtos industriais e de gêneros de primeira necessidade, além de serem responsáveis pela coleta dos produtos, muitas vezes para atenderem aos usineiros e armazenistas, pessoas também envolvidas no processo, porém com a função apenas de financiar a produção e assim recebê-la na época oportuna e a um baixo preço.

As cooperativas recebem os produtos em consignação, procurando vendê-los na época da entressafra, a fim de que os associados tenham retorno. Efetua as vendas de milho e feijão aos armazenistas e o algodão aos usineiros.

Os bancos, através das linhas de financiamentos, efetuam os Empréstimos do Governo Federal (EGF) para o milho e feijão e as Aquisições do Governo Federal (AGF) para o algodão. A responsabilidade é da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que comercializa os produtos com armazenistas e usineiros.

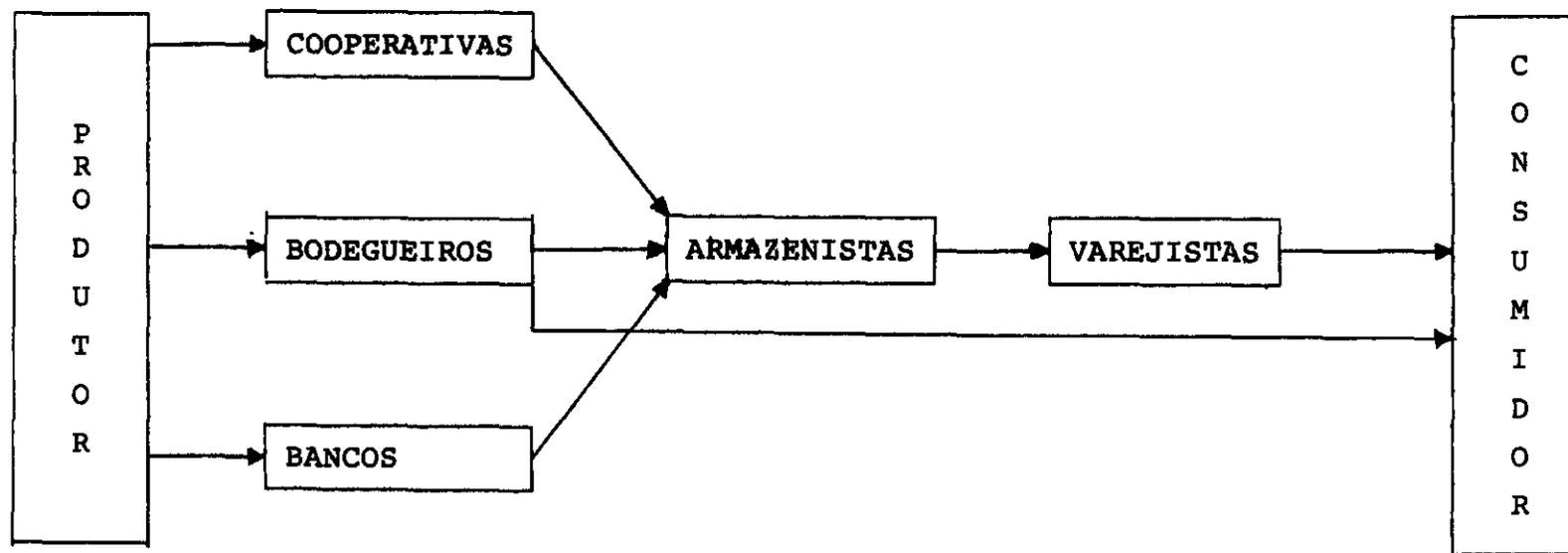
6.2 - FLUXOS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

O processo de comercialização dos produtos da região de Crateús é simples, pois parte da produção de milho e feijão é praticamente vendida pelos produtores rurais aos bodegueiros. A outra parte é repassada para o armazenista, que a revende para o varejista. O algodão é vendido ao usineiro, que o repassa para as indústrias, a qual produz o caroço de algodão, com aproveitamento em óleo e ração para o gado. Após a extração do óleo, a torta de algodão retorna preferencialmente ao fornecedor, para a alimentação do gado.

A preferência por fontes de abastecimento depende da qualidade, do preço e da disponibilidade dos produtos no mercado. É comum observar passeio de determinadas mercadorias, que podem trazer benefícios mútuos entre produtores, cujas safras ocorrem em períodos diferentes, como no caso do feijão, que é bastante exigente em técnicas de armazenamento. O passeio de mercadorias encarece o produto, pelo fato de se agregarem custos, principalmente o frete.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTO: FEIJÃO



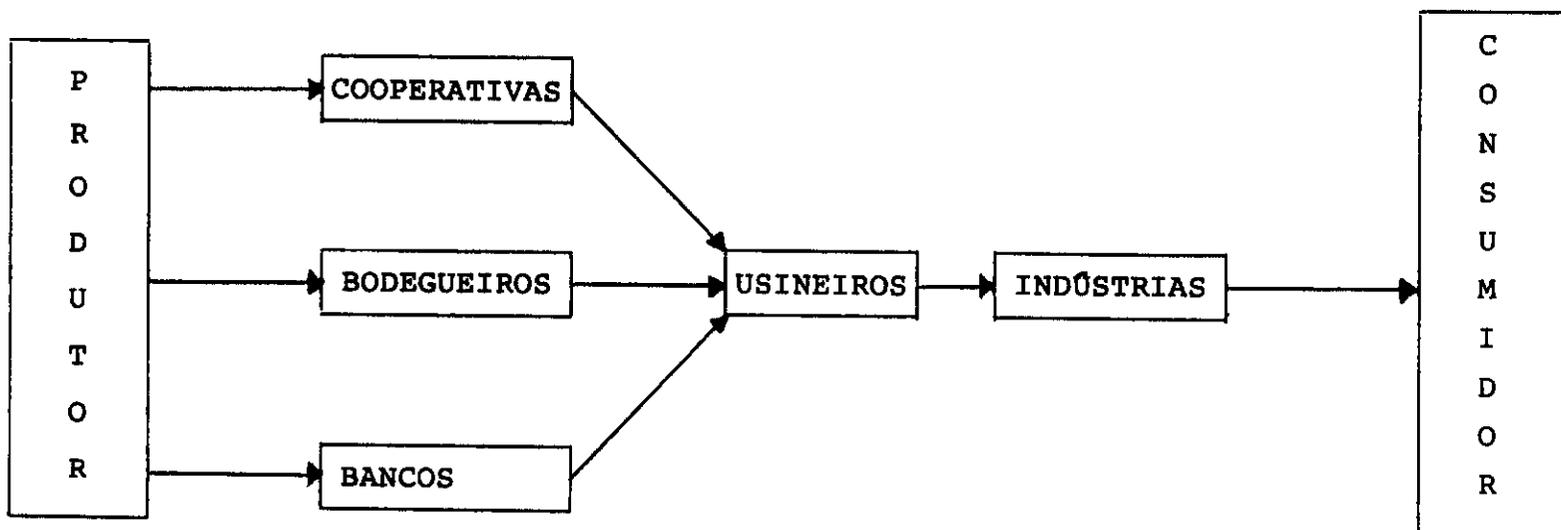
000116

FONTE: Pesquisa Direta, 1989.



CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTO: ALGODÃO

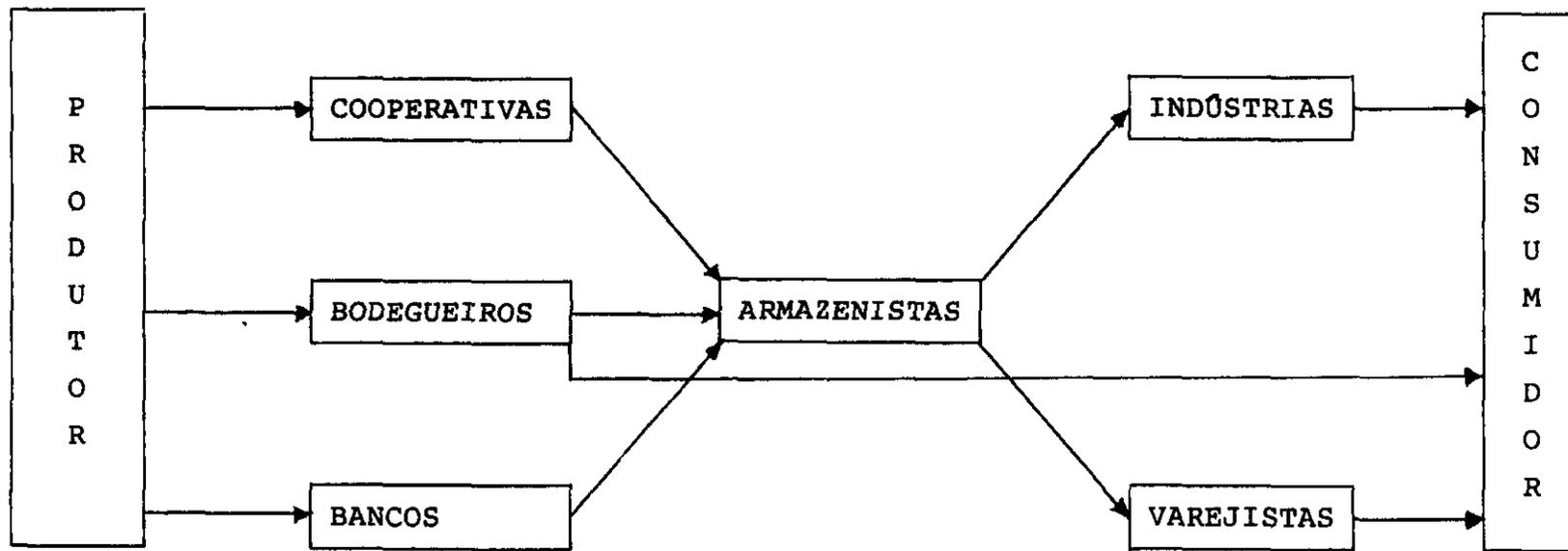


FONTE: Pesquisa Direta, 1989.

000117

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTO: MILHO



FONTE: Pesquisa Direta, 1989.

000118

6.3 - INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

- MERCADO PÚBLICO

Sob a administração da Prefeitura Municipal de Crateús, o mercado público foi construído em 1912 com 3.419 m² de área coberta e possui 116 boxes. Nesse mercado é comercializado vários produtos agropecuários, além de outros serviços oferecidos à população.

- CENTRO DE ABASTECIMENTO

Também sob a administração da Prefeitura Municipal de Crateús, foi construído em 1967, ocupando uma área de 3.287 m² e possui 88 boxes onde se comercializa produtos de origem vegetal e animal, além de oferecer outros serviços à população.

- FEIRAS LIVRES

O município conta com feiras livre diárias, onde se comercializa vários produtos agropecuários, dentre outros de interesse da população.

- ARMAZÉNS

O município conta com um armazém da Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, com capacidade para 3.000 toneladas de produtos, sendo estocados no decorrer do ano os seguintes produtos: arroz, farinha de mandioca, feijão, leite em pó, mamona, milho e produtos diversos.

Existe, ainda no município armazéns da rede particular, onde alguns são às vezes alugados pelo Banco do Brasil S/A, para armazenar os produtos das operações de Aquisições e Empréstimos do

Governo Federal, de responsabilidade da Companhia de Financiamento da Produção - CFP. A capacidade de armazenagem total do município é de 6.098 t, sendo 4.356 t própria e 1.742 alugada. O município conta ainda com uma Unidade de Beneficiamento de Sementes, com capacidade de 470 t.

- COOPERATIVAS

O município conta com 2 (duas) cooperativas: a) Cooperativa Agropecuária de Crateús Ltda. (COACRA), a qual presta assistência técnica e financeira aos produtores rurais, além de comercializar a sua produção e oferece o serviço de venda de insumos e material agropecuário; b) Cooperativa de Eletrificação Rural Oeste-Ce Ltda - COOPER, atua com serviços de assistência técnica aos produtores rurais e oferece serviços de eletrificação rural.

- COMPANHIA CEARENSE DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO -
CODAGRO

Essa Companhia é uma sociedade de economia mista, com sede em Fortaleza, com Centros Regionais Agropecuários e Postos Agropecuários localizados em vários municípios do Estado. No município de Crateús funciona um Centro Regional Agropecuário com postos Agropecuários localizados nos municípios de Crateús, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Independência e Novo Oriente.

A atividade principal desses pontos no interior é a venda de insumos e material agropecuário aos produtores rurais, tendo também funções de compra e venda de produtos básicos de

alimentação, a fim de regular os preços desses produtos no mercado local.

- INDÚSTRIAS

O município de Crateús dispõe das seguintes indústrias, com capacidade de absorver a produção local.

RELAÇÃO DAS INDÚSTRIAS POR TIPO DE EXPLORAÇÃO

1988

INDÚSTRIAS	TIPO DE EXPLORAÇÃO
- Agroindustrial Catunda Cavalcante Ltda.	Milho, feijão e outros cereais.
- Crateús Algodoeira S/A	Algodão.
- F. de Assis Gomes Panificadora	Amidos e féculas.
- Moageira Karina Ltda.	Amidos, malte e féculas.

FONTE: CEAG-CE - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Ceará. Escritório Regional de Crateús. Diagnóstico Regional de Crateús. Novembro/88.

Observa-se que não existe indústria voltada para a absorção do tomate a ser produzido no Projeto, porém a Agroindústria Luiz Guimarães S/A - AGROLUSA, localizada no município de Ibiapina, a aproximadamente 200 km de distância tem uma capacidade instalada para 36.000 t de matéria-prima, sendo de 15 t a sua capacidade hora.



7 - RECOMENDAÇÕES

000122

- a) Implantação de um posto de classificação de produtos, como forma de melhor orientar os produtores rurais no processo de venda dos produtos. Atualmente esse serviço é eventualmente efetuado por técnicos da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária no Armazém da CIBRAZEM do município de Crateús;
- b) Implantação de uma subagência do serviço de Informação de Mercado Agrícola - SIMA, que se responsabilizaria pela orientação comercial junto aos produtores. Hoje, a EMATERCE faz pesquisa de, preços a nível de atacadista e produtor e envia as informações semanalmente para a Agência de Fortaleza e subagência do Crato, através de telex e para a Fundação Getúlio Vargas através de formulários, com periodicidade mensal;
- c) Para que o Estado torne-se auto-suficiente no abastecimento dos principais produtos, é necessário uma maior agilização da política de armazenagem a nível de projeto de irrigação a fim de que a comercialização ao nível de produtor e o abastecimento ao nível de consumidor sejam regulados;
- d) Definir o pessoal técnico especializado em irrigação para dar assistência técnica sistemática aos produtores de áreas irrigadas;
- e) É necessário se pensar em como resolver o problema do alto custo de energia elétrica, que vem inviabilizando os investimentos nos projetos de irrigação;

- f) Participação acionária dos produtores junto às Agroindústrias, assegurando o compromisso de compra dos produtos pelas mesmas;
- g) Maior controle dos dados por parte dos órgãos responsáveis, a fim de que os mesmos possam no futuro próximo orientar o planejamento agrícola do projeto.